

MARIA JÚLIA CASTRO JANUÁRIO

INÊS CASTILHO E *MULHERIO*:
UM ESTUDO SOBRE PAUTAS FEMINISTAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À
DITADURA CIVIL-MILITAR

FLORIANÓPOLIS, 2018

MARIA JÚLIA CASTRO JANUÁRIO

**INÊS CASTILHO E *MULHERIO*:
UM ESTUDO SOBRE PAUTAS FEMINISTAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À
DITADURA CIVIL-MILITAR**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais
da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.
Orientadora: Joana Maria Pedro

FLORIANÓPOLIS, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno Maria Júlia Castro Januário na disciplina CNM7280 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Joana Maria Pedro

Janine Gomes da Silva

Maria Adaiza Lima Gomes

AGRADECIMENTOS

Ainda parece um pouco irreal que este momento chegou - prometi a mim mesma que só redigiria estas palavras quando o trabalho estivesse, de fato, concluído -, mas aqui estou, escrevendo os agradecimentos do meu trabalho de conclusão de curso.

Meu primeiro agradecimento vai, com toda certeza, para minha família. Minha mãe Roselei, meu pai Gerson e minha irmã Marina: gratidão pela vida que tenho! Todo o apoio, motivação e carinho que vocês me deram e continuamente dão ao longo destes quase 24 anos de vida fizeram e fazem toda a diferença para a pessoa que sou hoje.

Às pessoas incríveis que a vida me deu e que tenho a sorte de constantemente ter junto a mim, seja fisicamente ou em pensamento: Lais, Gabriela, Luana, Luísa, vocês são maravilhosas e foram fundamentais para acalmar esse coraçãozinho inquieto e ansioso que é o meu, bem como para me amparar nos momentos de instabilidade e simplesmente compartilhar felicidades e risos. Amo vocês.

Às Brigadas Populares, por ser uma organização séria, coerente e comprometida com a revolução brasileira, meu agradecimento por me ter como militante, permitir a construção constante da minha pessoa, dos espaços que atuo e da própria estrutura, sempre de maneira dialética. Um salve especial pra Brigada 21 de Junho e meus camaradas (que não cito nominalmente por questões de *suporte*) e um mais especial ainda ao Milezzi, por ser não apenas um camarada incrivelmente astuto, mas também sensível e essencial à mim neste processo. Venceremos!

Ao CARI, a entidade estudantil que acompanhou toda a minha trajetória na UFSC, que me moldou e ao mesmo tempo eu ajudei a moldar e tenho muito orgulho de tudo o que fizemos em nome dos estudantes de Relações Internacionais, bem como das nossas contribuições ao Movimento Estudantil da nossa universidade e do nosso país: gratidão pelos espaços, pelas disputas, pela construção e pelo crescimento sempre com conhecimento. Novas jornadas se desenham no meu futuro e novos espaços também, mas sempre terá um espaço cheio de *carinho* na memória.

À Joana, minha orientadora. Acredito que tivemos uma jornada muito boa durante esse quase um ano que trabalhamos juntas; sou muito grata por todo o respeito com o qual sempre fui tratada na nossa relação, por toda a compreensão que sempre senti e por todas as palavras de aconselhamento, pelas conversas e pelo apoio. Acho que não poderia ter tido uma orientadora melhor.

À Bruna, minha analista, que entrou no meio desse processo comigo, mas foi fundamental para a conclusão do mesmo. Gratidão por todo o trabalho que estamos construindo e por todos os conselhos.

Às mulheres brasileiras, por sermos tão aguerridas como somos e não desistirmos. Escrevi este trabalho pensando majoritariamente em nós; em contribuir para nossas lutas, que serão ainda mais acirradas nos tempos que virão, e em nos valorizarmos - precisamos cuidar de nós mesmas e mostrar que estamos aqui: vivas, unidas e articuladas. Gratidão por nós.

*"Maria, mulher de luta.
Mulher de luta, sim senhor."
Dandara Manoela*

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central mostrar que as pautas feministas foram uma forma de resistência à ditadura-civil militar instaurada no Brasil durante o período de 1964 até 1985, através do trabalho realizado por Inês Castilho no jornal *Mulherio*.

O primeiro capítulo fala um pouco sobre a vida pessoal de Inês, bem como o início de seus trabalhos enquanto jornalista. Ele possui três sessões: na primeira, é feito um resgate do momento histórico referido, com enfoque nas formas de repressão que aconteceram e nos agentes existentes que se colocaram contrários ao regime. Em seguida, é abordada a questão do movimento feminista, suas pautas e disputas históricas e como elas aconteceram no Brasil. Na última sessão relatamos os sujeitos opositores ao período ditatorial e como se expressaram suas resistências; damos destaque à imprensa brasileira e aos periódicos alternativos feministas como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

No segundo capítulo, onde abordamos o jornal *Mulherio* e questões referentes à Constituinte de 1988, conseguimos ver com maior clareza o trabalho de Inês, principalmente durante o período de quatro anos em que foi editora-responsável no jornal. Aqui são trabalhadas questões referentes ao movimento feminista sob a análise do conteúdo do jornal e, em seguida, mostramos as pautas do movimento no momento da constituinte, onde é possível ver as mesmas questões sendo reivindicadas no âmbito legal.

Nas considerações finais, apontamos como o movimento feminista e os movimentos sociais são importantes para compreendermos as mudanças que precisamos realizar na sociedade para alcançarmos a igualdade que reivindicamos em nossas lutas, bem como entendendo como estes grupos possuem potencial de transformação social.

ABSTRACT

This work has as main goal to show that the feminist guidelines were a form of resistance to the military-civilian dictatorship established in Brazil during the period from 1964 to 1985, through the work carried out by Inês Castilho in the newspaper *Mulherio*.

The first chapter tells a bit about Inês's personal life, as well as the beginning of her work as a journalist. It has three sessions: first, a rescue of the historical moment referred to, with a focus on the forms of repression that took place and the agents that were opposed to the government. Next, the issue of the feminist movement, its historical patterns and quarrels, and how they happened in Brazil are discussed. In the last session we report the opposition to the dictatorship period and how its resistance was expressed; we highlight the Brazilian press and alternative feminist journals such as *Brasil Mulher* and *Nós Mulheres*.

In the second chapter, where we discussed the *Mulherio* newspaper and issues relating to the 1988's Constituent Assembly, we were able to see Inês's work more clearly, especially during the four-year period she was editor-in-charge in the newspaper. Here we discuss issues related to the feminist movement under the analysis of the content of the newspaper and then we show the guidelines of the movement at the moment of the constituent, where it is possible to see the same issues being claimed in the legal scope.

In the conclusion, we point out how the feminist movement and social movements are important for understanding the changes we need to make in society to achieve the equality we claim in our contests as well as understanding how these groups have potential for social transformation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 RELATOS HISTÓRICOS.....	14
2.1 SOBRE A DITADURA.....	14
2.2 SOBRE O FEMINISMO.....	23
2.3 SOBRE OS SUJEITOS HISTÓRICOS.....	28
2.3.1 Sobre a imprensa brasileira.....	34
3 MULHERIO E O TRABALHO DE INÊS CASTILHO.....	48
3.1 MULHERIO.....	49
3.2 SOBRE AS MULHERES E A CONSTITUIÇÃO DE 88.....	62
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

“Do exposto até o momento podemos tirar uma primeira dedução, a saber: movimento social refere-se à ação dos homens na história. (...) Os movimentos são como ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais (...), [mas sim] segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho. (...) Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança a transformação social.” (GOHN, 2007)

Tudo ao nosso redor está em constante mudança, o tempo todo, devido ao caráter de oposição fortemente presente em nossa realidade; vida e morte, dia e noite, riqueza e pobreza, nós mesmos, inclusive, somos uma constante luta de opostos - para nascerem novas células, precisam as antigas morrerem, para não sermos ignorantes, precisamos adquirir conhecimento e assim sucessivamente. Desta forma, sendo a sociedade o resultado das relações humanas, ela também está em constante conflito e constante construção.

Isso se dá porque não existe uma fórmula para a convivência social perfeita: os interesses das pessoas também conflitam entre si e precisamos pensar formas éticas de convivência em sociedade de forma que esse conflito não gere disparidades desnecessárias ou nocivas para as pessoas. Como se a própria essência contraditória da vida não fornecesse trabalho suficiente para a construção de um convívio social harmônico, a sociedade moderna é edificada em exploração em suas mais diversas formas; mas principalmente na exploração do homem pelo homem, o que é um problema devido ao seu caráter nocivo e excludente. À esta organização baseada na exploração é dada o nome de capitalismo.

Dentro do sistema econômico-social conhecido por capitalismo, a distribuição dos meios de produção necessários para o trabalho não acontece de forma igualitária. Grupos minoritários detém as ferramentas - sejam elas materiais, sejam elas científicas - que impulsionam a produção de riquezas e também acumulam para si estas riquezas, às custas da grande maioria da população. Nesta análise, é importante ressaltar como essa exploração vai além do ambiente econômico, apesar da sua manifestação principal ser neste, bem como seus estudos mais frequentes; ela também ocorre no âmbito racial, cultural, sexual, psicológico, geográfico, ambiental e de outras variadas maneiras.

Tendo uma consciência ética acerca das relações humanas e abordando-as com uma visão de que as mesmas devem ser construídas a partir da coletividade e igualdade, acreditamos que existem maneiras mais justas de convivência em sociedade a serem construídas. Para isto

acontecer, é necessário estimular a consciência e organização da população sobre a sua condição de explorado dentro do sistema vigente. Essa conscientização não acontece de forma espontânea - pelo contrário; o capitalismo possui ferramentas para intensificar a alienação das grandes massas acerca de sua condição -, de forma momentânea ou única - como exposto acima, estamos em constante mudança, então nossa consciência sobre o que nos cerca também é continuamente remodelada - e também se expressa das mais diversas formas. Esse processo de compreensão do seu papel enquanto sujeito político, por mais que possa trabalhar com uma perspectiva de projeto social coletivo, acontece de forma individual - cada pessoa tem suas próprias experiências em vida, num espaço específico, convivendo com outras pessoas e outras situações que são particulares à sua história.

Uma das expressões que podemos ter deste processo de conscientização é o movimento social. Uma das classificações que podemos utilizar para os movimentos sociais é a de termo técnico para as ações coletivas de um grupo ou segmento social que, insatisfeitos com algum aspecto ou debate da realidade vigente, objetiva alterar as práticas em curso naquele determinado período histórico. Assim, temos os movimentos sociais não apenas como um meio de expressão das contradições inerentes ao capitalismo, mas como uma maneira de se combater ativamente estas contradições.

Uma característica importante dos movimentos sociais que é necessária ser destacada para a sua completa compreensão é a autonomia afirmada pelos mesmos. Tendo sua origem na Grécia Antiga e sendo aplicável em diversas instâncias e de múltiplas maneiras, a autonomia se relaciona com o princípio de liberdade e de autossuficiência. Assim, dependendo do aspecto sob o qual se utiliza o termo, a análise do método corresponde à necessidade de utilização. Como as tramas abordadas nesta pesquisa orientam-se por estudos políticos e científicos, pautamos a autonomia como a liberdade de um grupo, região ou segmento social para a construção de suas reivindicações e objetivos sem interferências de terceiros, assim como na edificação de suas estratégias, táticas de ação e regras de convivência.

Pensando dentro desta abordagem acerca de autonomia, a reivindicação da mesma se faz muito coerente para os grupos originários de conflitos de classe ao colocarem-se em campo de disputa das lutas; na estrutura vigente, as classes dominantes são as detentoras dos aparatos de controle e exploração destes grupos (por isso são chamadas de dominantes) e, portanto, ter um movimento autônomo é um dos caminhos mais seguros e lógicos para a organização de ações que se colocam contrárias às ideias em hegemonia naquele momento histórico. Dependendo de alguma instituição, governo ou outros grupos políticos podem ameaçar a existência deste movimento; passam a existir possibilidades de se tornarem reféns dos interesses externos ao

movimento ou à burocracias que não foram pensadas pelos mesmos, o que pode atrapalhar suas ações e sua pauta política, por exemplo.

Além disso, acreditamos ser pertinente explicar acerca das questões de paradigmas sobre os movimentos sociais. Sendo paradigmas um conjunto de elementos que servem de exemplo ou padrão dentro do contexto de uma determinada estrutura, podemos entender que a importância dos mesmos reside na forma com que embasam as linhas de pesquisa de um trabalho; se é a partir das ideias defendidas por um paradigma que se constroem o pensamento de um trabalho, é necessário escolher com muito cuidado os referenciais teóricos que se utiliza numa pesquisa para que ela tenha coerência com o que se deseja refletir.

Os paradigmas iniciais de estudos na área de movimentos sociais eram, compreensivelmente, estrangeiros. Levando em conta a construção tecnocrata e importada da universidade brasileira como temos até os dias atuais¹, o investimento nacional em educação sempre foi baixo e também com direcionamento para formação de mão-de-obra técnica (em detrimento da produção científica qualificada) para alimentar o processo de industrialização que aqui ocorria. Assim, as pesquisas brasileiras no campo das ciências sociais e humanas se desenvolveram tardiamente em relação ao nível de estudos globais sobre vários aspectos. Porém, apesar disso, julgamos necessário apontar que acreditamos que não há melhores perspectivas sobre os movimentos sociais latino-americanos do que a partir de análises críticas provindas da própria América Latina; dentro desta lógica de pensamento, temos como referenciais teóricos para esta pesquisa os estudos de Maria da Glória Gohn² e André Gunder Frank³ sobre movimentos sociais.

Assim, dentro das estruturas e marcos sociais que nos encontramos hoje em dia, em especial a sociedade brasileira e sua história construída em moínhos de gastar gente⁴, entendemos a necessidade dos resgates históricos acerca das lutas e reivindicações feitas por seu povo. Trataremos aqui de um período ainda muito controverso e que demanda mais atenção do que as instâncias institucionais destinam para o mesmo a época da ditadura militar e a intensa repressão antidemocrática que marcou este ciclo.

¹ Em seu livro *Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro nos mostra a universidade brasileira desde seus primórdios; sob quais objetivos as mesmas começaram a surgir em nosso país (para servir ao interesse das classes dominantes na manutenção do *status quo* e não para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil) e como isso reflete até hoje em toda a cadeia de produção intelectual brasileira - refinando a superexploração da mão de obra nacional para os interesses do capital estrangeiro e encontrando poucos espaços para pensar a realidade latino-americana enquanto centro das questões debatidas.

² GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 383 p.

³ FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p.19-48, jun. 1989.

⁴ Referência ao termo clássico criado por Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*.

Temos os movimentos sociais como importantes instrumentos para a disputa pela democracia por dois motivos principais: primeiro por serem expressões das contradições do sistema de exploração que vivemos e segundo, e mais importante, por serem canais de potenciais mudanças deste sistema. Tendo movimentos que são independentes da ordem vigente e de seus sujeitos políticos - devido à sua autonomia - e que se colocam em sua concepção contrários ao sistema atual com a proposição de mudá-lo - devido aos seus paradigmas de análise -, o potencial transformador destes movimentos torna-se evidente.

A partir desta perspectiva potencializadora de mudanças dos movimentos sociais, trazemos para o âmago desta pesquisa o movimento feminista brasileiro e sua atuação no período ditatorial enquanto resistência na disputa pela democracia nacional. Entendendo que essa resistência aconteceu por amplas frentes e de diversas maneiras, colocamos as pautas e lutas das mulheres brasileiras em destaque neste trabalho por entendermos que, apesar de décadas já terem passado desde as repressões severas que ocorreram àquele período, a situação social da mulher brasileira ainda carece de muita atenção. Mesmo com todos os debates realizados e pautas defendidas, o avanço acontece em passos lentos, precisando de muito esforço perante muita resistência conservadora que ainda existe em nossa sociedade.

Objetivando análises concretas a partir de marcos teóricos e temporais pré estabelecidos, nosso foco nesta pesquisa será o trabalho que a jornalista Inês Castilho desenvolveu no jornal *Mulherio* durante os anos 1981 a 1988. Sendo um dos maiores jornais da imprensa alternativa feminista e que esteve ativo durante o período de redemocratização brasileira, pretendemos mostrar as pautas que o movimento feminista abordou durante esse momento transitório e minimamente traçar esboços sobre o que foi contemplado destas demandas na Constituição de 1988.

Em tempo, ao longo deste trabalho nos utilizamos vários recursos de pesquisa para construir a versão final que aqui apresentamos. Desde livros com relatos históricos, outros com abordagens teóricas, artigos acadêmicos até fontes primárias como entrevistas, cartas, fontes informais de conhecimento como filmes e o próprio acúmulo pessoal das pesquisadoras, tanto na área acadêmica quanto na área da militância, entendendo como não apenas o contato, mas também a construção dos movimentos sociais é importante para uma compreensão cada vez mais completa desse fenômeno.

Devido a abordagem historiográfica que optamos para construir nossa narrativa, nossos referenciais teóricos são múltiplos tanto em quantidade como em temáticas. Conforme explanado previamente, em relação aos movimentos sociais focamos na abordagem trazida por Maria da Glória Gohn e André Gunder Frank. Dentro das questões de ditadura, nosso principal

autor é Carlos Fico. Nos relatos sobre mídia brasileira, mídia independente e feminista, a principal pesquisadora por nós abordada foi Karina Woitowicz, valendo também destacar os trabalhos de Juliana Tamião e Elizabeth Cardoso. Por fim, dentro da temática do feminismo, trabalhamos com os escritos de Céli Pinto, Joana Pedro, Maria Amélia Teles, Amelinha Teles, entre outros.

Finalizamos a introdução atentando para o fato de que, dentro desta pesquisa, além das questões objetivas enquanto pesquisadoras acadêmicas que nos propusemos a elucidar, existe também a motivação da militância impulsionando nosso trabalho. Entendemos a necessidade de pesquisar sobre mulheres, de ressaltar seus trabalhos dentro dos nossos marcos teóricos (um de nossos esforços foi o de ter o maior número possível de autoras embasando esta pesquisa), de destacar que as mulheres são parte ativa da história e da produção de conhecimento como uma forma de lutar pela igualdade que, como Inês, também almejamos para todas as pessoas em nossa sociedade.

2 RELATOS HISTÓRICOS

2.1 SOBRE A DITADURA

Para iniciar este trabalho, precisamos apresentar nosso objeto de pesquisa, que permeará todos os temas apresentados ao longo da pesquisa que trazemos nestas páginas: o trabalho de Inês Castilho no jornal *Mulherio*. No entanto, esta apresentação não se dará de forma isolada; a história de Inês será narrada concomitantemente à história do Brasil - às lutas aqui travadas, aos marcos que disputaram o imaginário da população brasileira, aos sujeitos políticos que ocuparam seu lugar na narrativa da constante construção do nosso país.

Nascida na pequena cidade de Avaré, no interior do estado de São Paulo, em fevereiro do ano de 1947, nos dias atuais Inês Castilho ainda atua muito com as pautas dos movimentos sociais que construiu na época da resistência à ditadura. Trabalhando atualmente com jornalismo e cinema especificamente, é assessora de imprensa, compondo os editoriais de jornais internos de empresas, integra a equipe do site *Outras Palavras*⁵ e produziu dois curtas metragens focados na questão das mulheres - um terceiro projeto incompleto está em andamento no momento.

Atingindo a maioridade e ao mesmo tempo iniciando sua vida adulta e política junto ao início da ditadura militar, é necessário explanar um pouco sobre esse contexto histórico importante não apenas para entendermos nosso país, mas também as ações de Inês nesse período.

Ao fazer um resgate histórico acerca da estrutura política brasileira, qual não é a surpresa ao nos depararmos com o fato de que o Brasil teve menos períodos democráticos em oposição aos não democráticos? Contabilizando o período imperial pós 1822 em que existimos sob regime independente; a Era Vargas, com um debate ainda existente sobre o mérito democrático e a ditadura civil-militar em 1964, é seguro afirmar que a democracia brasileira é um conceito ainda frágil.

Em relação ao último período não democrático, devido às formas com que a ditadura civil-militar acabou e às dificuldades que o Estado brasileiro tem em lidar com questões referentes às atrocidades cometidas no regime, ainda há muito a ser descoberto, revelado e estudado. A questão da justiça de transição, por exemplo, nome dado ao mecanismo utilizado

⁵ O site *Outras Palavras* é um espaço virtual composto por diversos ramos da sociedade, desde jornalistas à tradutores, geógrafos e professores, que trabalham na construção do que chamam de “jornalismo colaborativo”, focado em um jornalismo crítico, atrelado à novas visões de interpretação do mundo e de suas estruturas hegemônicas, formas alternativas de comunicação e disseminação de informação na vida social e bem como construindo um espaço denominado “mídia livre”. Para mais informações: <<https://outraspalavras.net/>>

para lidar com as violências do passado e demandar respeito à memória, verdade, reparação e justiça⁶, é algo ainda muito recente no Brasil; a lentidão com que os processos de justiça e memória se desdobraram faz com que ainda hoje, mais de 30 anos após o fim da ditadura, corpos continuem desaparecidos e torturadores não tenham respondido por seus crimes.

Outro exemplo de tema com ampla área de pesquisa é o movimento feminista na ditadura militar, também em destaque nesta pesquisa por ser a área de atuação da personagem estudada. Historicamente relegadas à sombra do masculino, os relatos sobre os feitos das mulheres por muito tempo só receberam espaço nas narrativas devido à sua relação com os homens; mulheres que atuaram em conjunto ou que se sacrificaram por homens ou por causas por estes lideradas⁷. Essa questão começa a mudar a partir do momento que as próprias mulheres tornam-se protagonistas não apenas de suas vidas, mas também dos espaços que as cercam e passam a produzir narrativas sobre suas vivências, demandas, crenças e todas as outras questões que lhes foram negadas por séculos.

Para entender a importância deste movimento contra o regime ditatorial brasileiro, é necessário entender o regime em si. As análises sobre o Golpe de 64 são múltiplas e complexas já em sua plural existência: não existe um consenso acerca do determinante principal e/ou central do golpe nem do ator mais importante para esse fato histórico. Existem fontes⁸ que afirmam que o papel do imperialismo estadunidense foi crucial para o golpe; que o papel desempenhado pelo embaixador Lincoln Gordon e os Estados Unidos da América na orquestração do golpe, empenhados em lutar contra a dita “ameaça comunista” no continente, foi central para a unificação de diversos focos nacionais já contrários aos rumos que o governo Goulart tomava no início da década de 60.

Uma segunda leitura referente à estrutura do golpe é a abordagem clássica marxista, uma das quais, inclusive, estava mais em alta durante o século 20. Durante a década de 50, após a industrialização brasileira com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (JK), o processo de desenvolvimento por substituição de importação já estava chegando ao fim⁹ e isso levou à um acirramento das forças capitalistas para a manutenção do sistema vigente. Aliando esse esgotamento do modo de produção capitalista do período às reformas anunciadas por João

⁶ **REVISTA ANISTIA POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**. Brasília: Ministério da Justiça, v. 1, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2009revistaanistia01.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

⁷ TELES, M. **Breve história do Feminismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1993. p. 11-13

⁸ O dia que durou 21 anos. Direção: Camilo Galli Tavares. Produção: Karla Ladeia. Brasil. Tv Brasil e Pequi Filmes. 2013.

⁹ Ver TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. p. 217-237. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/1614>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

Goulart e à unidade popular de esquerda que existia à época no Brasil, como afirma Gorender¹⁰, o golpe militar teve um caráter preventivo em relação às forças revolucionárias comunistas.

A terceira corrente de análise historiográfica sobre o tema foca na questão militar. Enquanto alguns autores¹¹ alegam a participação de empresários, Igreja e até mulheres na preparação do golpe como em ações como a “Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade”, outros atentam para o protagonismo dos militares no golpe em si. Também há relatos¹² sobre a incisão das tropas, a distribuição desigual de cargos de alto escalão (incluindo aqui, inclusive, a escolha da presidência assim que João Goulart abandonou seu posto) e a “progressiva institucionalização do aparelho repressivo” como exemplos da dominação militar durante as duas décadas de ditadura. Sobre esse assunto, é válida atenção ao parágrafo seguinte:

“O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente *militar*: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhe prestaram.” (SOARES, 1994, p. 27 apud FICO, 2004, p. 38, grifo no original)

É visível a complexidade do assunto quando apresentadas as diversas abordagens acerca do tema, todas com boas fundamentações teóricas e argumentos históricos plausíveis para suas afirmações. Ao debatermos a estruturação do golpe, se de fato houve uma conspiração centralizada e articulada e, ainda, sobre quem ocupou esse epicentro, acreditamos que uma abordagem plural seja a medida mais proveitosa; a amplitude de atores e suas respectivas agendas, bem como a instabilidade econômico-política da época e as restrições que se seguiram no período faz com que uma única resposta definitiva sobre o assunto seja algo improvável de acontecer.

“A dificuldade de estabelecimento de nexos causais entre elementos tão diferentes é problema antigo tanto das ciências sociais quanto da história, mas importa dizer que *todos* esses aspectos devem ser considerados - e não, exclusivamente, um ou outro - quando da análise de fenômenos complexos, como visivelmente foi o golpe de 64.” (FICO, 2004, p. 43)

Enquanto a estrutura do golpe é um assunto com diversas abordagens e possibilidades a serem exploradas, alguns dos seus subtemas não são tão nebulosos - um deles é a censura no

¹⁰ GORENDER, J. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997

¹¹ TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p.9-18, jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

¹² FICO, Carlos. **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

período ditatorial. Devido à forma com que o regime foi instaurado - às pressas, com atropelamento por parte de certos setores militares, com menos planejamento que o desejado e com uma convergência quase orgânica de focos contrários ao governo Goulart quando a oportunidade se fez presente -, a consolidação e reafirmação do mesmo foi algo mais importante do que nunca.

Um dos exemplos de censura é visível logo cedo na vida de Inês: ao ingressar na universidade, escolheu cursar Ciências Sociais na USP, porém precisou abandonar o curso (que já não lhe contemplava muito nas questões entre teoria e prática, conforme seus relatos) devido ao fechamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) em 1968 devido à repressão do governo às universidades públicas brasileiras devido à disseminação de ideias contrárias que esses espaços estimulavam.

Além das universidades, a mídia também foi bastante perseguida pelo regime, porém de forma mais velada. Relataremos com mais profundidade nas próximas páginas acerca da censura midiática no regime militar devido à profissão de Inês: a de jornalista. Foi após o fechamento da USP que encontrou-se neste ramo profissional - e teve contato com o jornalismo por sorte, conta Inês. Em entrevista cedida à Pedro¹³, ela relata que:

“(...) quando eu saí, um dia eu vi esse jornal [do bairro] e, “opa, ele é aqui perto”, “vou lá ser jornalista, talvez”. Bati na porta, me atende um sujeito, diz, “Olha, sinto muito, a gente não... A gente trabalha com jornalistas profissionais”, que eu cheguei e falei “eu quero ser jornalista”. Mas aí, antes de ir embora, ele me disse, “mas eu vou te dar um teste. Vai numa esquina tal, ali do bairro, tão reclamando que tem muita batida, no sinal”, eu fui escrever alguma coisa e ele me contratou. Eu sabia escrever.”

Dentro da censura à mídia nacional, o controle sobre informação foi uma das formas de manutenção do regime: administrar o tipo de notícia veiculada em cada meio de comunicação de acordo com a demanda dos governos é uma ação crucial na formação de opinião da população. Na mídia majoritária, tinha-se a imagem de um Brasil em desenvolvimento e com muitas oportunidades de crescimento. É pertinente destacar que nos anos 70 a conjuntura internacional era, no mínimo, complicada: as crises do petróleo dificultavam os câmbios econômicos e a crise estrutural do capitalismo devido ao esgotamento do modelo fordista-taylorista deixava os países subdesenvolvidos ainda mais expostos aos problemas oriundos da sua colonização. Com as tecnologias ultrapassadas e instabilidades políticas, a comunidade internacional precisava da imagem de um bom país para não perder o interesse de investimento.

¹³ CASTILHO, I. [4 de ago. 2005]. Entrevista concedida à Joana Maria Pedro, disponibilizada via e-mail pela entrevistadora.

Outro motivo para a censura era a consolidação do próprio regime militar: por mais que os militares possuíssem as ferramentas necessárias para a tomada do poder, era necessário convencer a população brasileira do funcionalismo deste governo. Quando a mídia é livre para discursar sobre qualquer tipo de assunto e principalmente sob qualquer viés que lhe parecer pertinente, um governo com uma frágil estruturação pode não suportar e sucumbir em pouco tempo. E, ao estudar o regime ditatorial, é interessante destacar a questão da censura devido ao histórico brasileiro com a liberdade de expressão; 1964 foi a primeira vez desde que o território passou de colônia portuguesa para país independente em que a mídia nacional foi censurada de maneira explícita. Conforme o trabalho de Soares¹⁴ nos mostra:

“A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinquenta e um anos depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento da Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: "Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito". A proibição de se referir, nos meios de comunicação de massa, ao ato de D. Pedro revela a orientação da Censura. Protegida pela própria censura, ela não hesitava em fazer proibições ridículas, segura de que elas não chegariam ao conhecimento público. Houve muitos outros episódios que seriam cômicos, se não fossem humilhantes para o País. A Censura, parte do Estado autoritário, o protegia e, protegendo-o, protegia a si.”

Isso é uma amostra pertinente da tensão que se instaurou no país nesse período, tensão essa que costuma ser suavizada e catalogada como apenas mais um momento na história brasileira. Mesmo no período imperial, onde existia a ilusão de independência de Portugal enquanto, paradoxalmente, o dirigente do território era o herdeiro português, a população e a imprensa tinham plena liberdade para se expressar em relação a quaisquer coisas que aconteciam no país. Já no período da Ditadura Militar, em que vários oficiais sequer reconheciam o Estado de Exceção sob o qual mantinham a nação, todos os meios de comunicação sofreram controle estatal em diversos níveis.

Soares¹⁵ mostra que jornais com conteúdo ideológico mais de esquerda e/ou pró João Goulart, como *Politika*, e *Folha da Semana* tiveram ações violentas de represália, entre elas destruição do material midiático e depredação das oficinas de trabalho. Ainda citando o autor, jornais mais moderados, como o *Correio da Manhã*, que fez uma oposição ferrenha à Jango, mas também denunciou os abusos dos militares e até mesmo jornais que mais tarde viriam a

¹⁴ 1989, p. 21

¹⁵ *idem*, p. 22

trabalhar com o regime, como o *O Estado de São Paulo* (hoje Estadão) tiveram vetos em suas publicações, confisco de material e reestruturação de editoriais.

Um dos jornais que Inês trabalhou, o *Folha da Tarde*, um dos jornais da época que ainda cobria a atuação sindical, foi o último a “dar resistência para a ditadura”, nas palavras da jornalista. Ela relata que estava afastada por licença maternidade por um período e, ao retornar da gravidez, encontrou o jornal ocupado pela ditadura. Após dois meses saiu do jornal por “não aguentar” a situação¹⁶ e retornou ao jornal de bairro citado previamente nesta pesquisa.

A estrutura e aplicação da censura refletiu o curso do regime a nível nacional: heterogêneo e com fases. Se a instauração do golpe deu-se às pressas por parte de certos militares que acreditavam numa administração mais rígida, ao organizar o momento pós golpe houve um maior cuidado com as nomeações feitas para os cargos de alto escalão de modo que se conquistasse a consolidação do regime antes da aplicação de métodos mais repressivos. Os dois primeiros presidentes, Castelo Branco e Costa e Silva seguiram uma linha mais branda de intervenção militar em comparação com seu sucessor, Médici - cujo mandato é popularmente conhecido como “Anos de Chumbo”. Em seguida houve os governos Geisel e Figueiredo, onde se iniciou a distensão política para a democratização que viria nos anos finais do regime.

Quando nos referimos à questão de imprensa, a represália iniciou logo no primeiro governo militar com a Lei de Imprensa assinada por Castelo Branco, impondo diversas restrições ao trabalho dos periódicos¹⁷. Nos anos seguintes, com Costa e Silva, acontece um dos momentos mais marcantes da Ditadura, que é a assinatura do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Denominado “o golpe dentro do golpe”, este ato permitia aos militares aplicações de punições arbitrárias e eliminava quase todas as liberdades individuais e direitos políticos existentes à época - entre estas a liberdade já restrita da imprensa.

Apesar de levar quase uma década para a aplicação de métodos mais rígidos do autoritarismo militar, Fico¹⁸ ressalta que sempre houve um projeto de linha dura para a ditadura brasileira, vide o Inquérito Policial Militar expedido por Castelo Branco ainda no primeiro semestre de 1964, que seria a semente originária da comunidade de segurança e informações do governo Médici - já que este estaria insatisfeito com a operação limpeza realizada com o inquérito referido. Porém, era necessário consolidar o regime antes de instaurá-lo de fato.

¹⁶ Nas palavras de Inês, “os caras entraram de metralhadoras lá dentro”, tornando o ambiente do jornal insustentável para ela.

¹⁷ Há uma tabela temporal sobre as ações contra a liberdade de imprensa ao longo dos governos ditatoriais em SOARES, Glaucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.21-43, jun. 1989. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266022803_A_Censura_durante_o_regime_autoritario>

¹⁸ 1994, p. 20

À este período da ditadura foi dado o nome de “Anos de Chumbo” e o título existe por motivos muito concretos: a arbitrariedade e barbárie do período estendeu-se com força sobre qualquer parte da população que ousasse opor-se ao regime. De Florestan Fernandes à Fernando Henrique Cardoso, não havia civil que estivesse imune à censura do Estado. Jornais foram invadidos, depredados e fechados, seus editores foram presos e seu material modificado de acordo com a vontade dos militares. Soares¹⁹ afirma que:

“É claro que o AI-5 deu à linha dura civil e militar a oportunidade de exercer, na prática, a sua fé fascista e antidemocrática. Em diferentes pontos do País, ações repressivas, inclusive várias contra a imprensa, foram levadas a cabo, sugerindo, por um lado, que elas foram parcialmente coordenadas e, por outro, que as forças antidemocráticas estavam à espera do AI-5 para agir contra as pessoas e instituições contrárias à ditadura.”

Já no governo Geisel a estabilidade do regime entrava em declínio. As consequências do milagre econômico começavam a aparecer no endividamento externo brasileiro, inflação e recessão. Com a mudança na presidência estadunidense, que decidiu por interromper o apoio aos governos ditatoriais na América Latina e com a independência das colônias africanas para países socialistas de onde o Brasil ainda extraía certo recurso externo, a transição para a democracia iniciava-se. No entanto, ela foi realizada no ritmo ditado pelos militares “distensão lenta, gradual e segura” como foi chamada e sem responderem pelos crimes cometidos ao longo dos anos.

Dentro dessa lógica de crise do regime, a forma com que a imprensa foi administrada também se alterou; segundo o site Memórias Da Ditadura²⁰, Geisel permitiu a propaganda eleitoral do partido contrário à Arena - Aliança Renovadora Nacional, o MDB - Movimento Democrático Brasileiro extinguiu a censura prévia à imprensa e no último ano de governo revogou o AI-5. Com estas ações, a imprensa conseguiu mais espaço para organizar seus trabalhos e fortalecer seus focos de resistência contra o regime. Assim, é possível afirmar que “[...] A história da repressão (e da liberdade de imprensa) divide-se claramente em três períodos: antes do AI-5, entre o AI-5 e o início do governo Geisel, e de então até a restauração da democracia.”²¹

Além das questões burocráticas e temporais acerca da censura no período do regime militar, é interessante para esta pesquisa destacarmos o caráter político sob o qual estas medidas

¹⁹ 1989, p. 22

²⁰ DITADURA, Memórias da. **A maior referência na web sobre a ditadura militar no Brasil**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

²¹ Soares, 1989, p. 22

se fundamentaram. Havia dois vieses da censura com os quais o regime trabalhava: um deles era em relação à cultura, alegando proteger a sociedade da degradação moral que certas manifestações artísticas poderiam causar. O outro era informativo: a censura podava atividades jornalísticas que pudessem atingir pontos sensíveis em relação ao regime - ironicamente, a existência da própria censura era algo negado pelas autoridades quando questionadas sobre o assunto.

No entanto, essas eram apenas as formas de expressão de uma questão ideológica mais profunda, da qual a censura midiática era apenas uma ferramenta para a manutenção sistêmica. Ao analisarmos o sistema internacional na conjuntura da época, é de fácil percepção a divisão ideológica que existia entre os países, traduzida para os campos geográficos, econômicos e sociais. Com a mudança estrutural das sociedades russa e cubana, como exemplos mais fortes, os Estados Unidos começaram uma campanha intensa em nome da suposta liberdade e bons costumes existentes no regime capitalista: tratava-se da Guerra Fria, centralizada no plano das ideias e da cultura, quando comparada às guerras de décadas anteriores, mas ainda assim com expressões físicas no mundo.

Uma dessas expressões era o apoio financeiro estadunidense ao combate de governos comunistas na América Latina. No Brasil, esse apoio se iniciou com a Doutrina da Segurança Nacional, que se fundamentou com os militares brasileiros após frequentarem cursos militares nos EUA. Aplicando suas teorias de defesa nacional ao retornarem, instituições como o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) foram criadas, com o intuito de controle midiático sobre a formação de opinião pública no Brasil.

Dentro desse âmbito, visava-se lutar contra os “inimigos internos” (que sempre foram os comunistas) e compreendia-se, segundo Carvalho, que “os meios de comunicação eram vistos como um espaço central no combate ao comunismo, dada a sua forte influência na formação da opinião pública.²²” Ainda sobre os estudos de Carvalho²³, “A censura se constituiu como um mecanismo essencial de proteção aos pilares do regime autoritário, inserindo-se como parte relevante da Doutrina da Segurança Nacional, que concebia os meios de comunicação como espaços estratégicos para a formação e direcionamento da opinião pública.”

Nesta lógica de um inimigo maior que precisava ser combatido, deve-se destacar a importância que essa ideia tem para a manutenção de um sistema. O estado de crise é o ambiente

²² CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 1, n. 59, p.79-100, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/36349>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

²³ 2014, p. 80

ideal para a imposição de restrições de liberdades e direitos individuais, dando espaço para as arbitrariedades das quais o regime militar dependia para estabilizar-se; e foi isso que se deu em meados dos anos 60 com as Marchas por Deus e pela Família e com a instauração do regime militar como um todo - um esforço conjunto para combater o avanço comunista.

Também é necessário ressaltar outros dois pontos sobre a censura midiática. Primeiro, a legalidade (ou falta de, em alguns momentos) da censura brasileira. Além da carga política mais explícita que a censura à imprensa carregava - e aqui vale destacar como a arte e a cultura também são manifestações políticas, porém com diferentes formas de expressão e às vezes sem o conteúdo explícito que as notícias continham -, a mesma não era legalizada como a censura cultural. Existia toda uma organização logística governamental para garantir que o controle de informação, mas, de acordo com Carvalho (2014, p.84) “o principal órgão responsável pela censura prévia aos veículos de comunicação - o Serviço de Informação ao Gabinete (Sigab) -, não se encontrava, formalmente, integrado à estrutura burocrática federal.”

Devido principalmente à questão legal, há diferentes leituras em relação à legalidade e legitimidade da censura no período. Carlos Fico resalta como o Decreto-lei nº1077/1970 referia-se às regras para publicações em televisão, revistas e livros - mas não incluía diretrizes sobre a regulação da imprensa²⁴. Assim, aqueles que defendem o regime afirmam que não existia censura à imprensa, apoiando-se no argumento da não existência da mesma nos anais dos atos institucionais, enquanto aqueles que denunciam os malefícios do regime, apresentando questões como as perseguições e depredações de jornais, a presença de censores nas redações e material históricos como os telefonemas e bilhetinhos²⁵, afirmam que a censura existiu e que foi realizada, muitas vezes, de forma ilegal.

Sendo estes motivos, como afirmado previamente, a consolidação do regime e a massificação do pensamento ideológico daqueles no poder e partindo de uma análise marxista de como ideologia refere-se às ideias da classe dominante, é possível afirmar que a censura no Brasil foi um fator decisivo acerca da consolidação do regime ditatorial militar da forma com que se sucedeu.

Explanamos acerca destes assuntos no primeiro momento da pesquisa aqui realizada por entendermos a necessidade de contextualização do momento histórico que está no plano de fundo deste trabalho - mas não menos importante por isso. O cenário de instabilidade e

²⁴ FICO, Carlos. ‘Prezada Censura’: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002.

²⁵ O termo “bilhetinhos” refere-se aos telefonemas e pequenas anotações datilografadas que informavam aos censores quais as ordens em relação à censura midiática, realizados de maneira informal devido à suposta inexistência de censura no período.

repressão social sob o qual o Brasil encontrava-se durante a juventude de Inês Castilho é de essencial exposição para compreendermos de maneira completa como as lutas desta mulher foram travadas ao longo de sua vida.

Dentro desse contexto de repressão institucional em diversas esferas da vida da sociedade brasileira, almejamos destacar as lutas das mulheres nesse período inóspito. Historicamente já relegadas à margem, durante a ditadura militar foi necessária muita articulação e esforço coletivo para que a voz das mulheres ecoasse na resistência que aqui tivemos e fazer valer as reivindicações das mulheres enquanto segmento social insatisfeito com os poucos direitos sociais que lhes eram tão dificilmente pensados e institucionalizados.

Para narrar estes acontecimentos, abordaremos nas próximas páginas um pouco sobre o movimento feminista, a chamada “segunda onda feminista”, suas pautas no Brasil e de que forma Inês participou desse movimento durante a ditadura militar.

2.2 SOBRE O FEMINISMO

A definição exata de um movimento social da complexidade do movimento feminista não é algo fácil de se construir; em tempo, na maior parte dos casos não é sequer produtivo ter uma definição engessada acerca do tema, vide a organicidade do mesmo e as constantes atualizações de pautas e demandas da sua militância. No entanto, para os fins desta pesquisa, tentaremos contribuir o máximo possível para esta explicação, com enfoque nos objetivos de pesquisa previamente determinados.

É necessário destacar, além disso, que não pretendemos definir cada vertente do feminismo que existe atualmente; seria contraproducente e inconsequente de nossa parte. Nosso objetivo é contextualizar o feminismo enquanto teoria e o referenciar no período histórico de nossa pesquisa, bem como descrever a articulação e atuação do movimento no Brasil a época e estimular novas formas de pesquisa acerca desta temática.

Devido a força de suas crenças em fraternidade e igualdade, bem como a paixão com que as manifestações sobre estas aconteciam, Inês sempre foi tida como a filha “rebelde” e “radical” da família desde o período da infância. Quando questionada sobre o momento que se entendeu como feminista, ela relata que isso também se deu num momento muito inicial de sua vida; recorda quando era adolescente e via notícias sobre queima de sutiãs e marchas nos Estados Unidos - e como percebia os sinais de identificação e reconhecimento com as lutas e pautas abordadas pelo feminismo. Depois, quando adulta, que compreendeu melhor como o feminismo sempre esteve dentro de si.

Segundo Alves e Pitanguy, “o feminismo busca repensar e criar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que se adaptar a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade.” (1985, p. 9) Essa descrição é um bom início para o debate acerca dos objetivos em comum do movimento feminista, independente da vertente referida.

Sendo o feminismo um movimento político inserido numa lógica complexa de organização social, é necessário atentar para as diferenças ideológicas de cada vertente ao expressar-se sobre o assunto. Apesar disso, existem múltiplos pontos em comum desta luta que são dados à qualquer pessoa ou movimento que queira atribuir à si o título de feminista. Citando Pedro²⁶:

“(…) A grande questão que todas queriam responder, e que buscavam as várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres; esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam.”

Portanto, entendemos como um dos pontos principais para a explanação acerca da teoria feminista o consenso não apenas do questionamento sobre a subordinação feminina ao masculino dentro da organização social vigente, mas também o objetivo central do movimento sendo a sua superação. As divergências entre as correntes, a partir deste ponto, seriam em relação à práxis de instrumentalização deste princípio político; a corrente marxista acredita que essa superação se dará pelo fim do capitalismo, por meio do embate das classes, enquanto a corrente liberal argumenta que a independência da mulher virá através de direitos individuais, por exemplo.

Assim era posto um dos debates iniciais do feminismo, a inferiorização das ações das mulheres perante as ações dos homens. Qual era a justificativa desta subordinação tida como natural na história? Por que isso acontecia? Ao analisar a estrutura da democracia²⁷ como conhecemos hoje, remetendo à pólis grega, vemos que a concepção de cidadão, pessoa apta à participar da construção da sociedade no âmbito público, aplicava-se aos homens livres e proprietários de terras. À mulher ficava relegado o âmbito privado, a casa, a família, o suporte interno que estes homens precisavam ter para conseguirem ter foco total às esferas públicas,

²⁶ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-87, 2005.

²⁷ LOLATTO, Simone. **Mulheres na política**: trajetórias das vereadoras titulares em Florianópolis/SC (Brasil). 2016. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

sob a justificativa biológica de que, por serem capazes da reprodução da espécie, deveriam ser as responsáveis pelo âmbito familiar.

Porém, as mudanças sociais que se seguiram ao longo da história ajudaram a estimular os questionamentos sobre essa estrutura organizativa social. Um destes debates que não era pautado até então foi o seguinte: o que define o papel de cada pessoa na sociedade? A resposta advinda da democracia grega era o sexo biológico de cada um: o particular e restrito grupo de homens acima citado tendiam a participar de um espaço específico da sociedade, enquanto as mulheres participam de outros espaços. Apesar da redação textual dar a entender uma equidade nesta situação, como já foi exposto acima, não é assim que se sucede na prática.

Em tempo, a medida que as mulheres organizavam-se e pautavam sua participação nas esferas públicas, estes questionamentos se clivavam e adquiriam facetas mais complexas. Por que questões biológicas que não interferem na produtividade humana deveriam orientar qual o tipo de atividade que cada pessoa pode desempenhar? Ser capaz ou não de gerar uma criança não deveria determinar qual espaço a mulher é capaz de ocupar ou não. Desta forma, é pautado o debate acerca do gênero: é necessário estudar as relações entre os homens, entre as mulheres e entre ambos os sexos, mas sob a visão crítica de que as funções assumidas como naturais são, na verdade, uma construção advinda de uma disputa política.

Antes de prosseguir, é importante explicarmos o conceito de gênero para os fins acadêmicos desta pesquisa. Assim como a própria teoria feminista, o conceito de gênero possui uma diversa gama de explicações, de acordo com os propósitos a que servem aos pesquisadores. Utilizando os trabalhos de Saffioti²⁸, “cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção do masculino e do feminino.”

Uma das críticas feitas por Saffioti neste mesmo trabalho em relação ao gênero é a forma como o conceito é trabalhado nas pesquisas feministas. Em algumas linhas de pesquisa, o termo segue um viés de suposta neutralidade, não debatendo em aberto as questões patriarcais estruturantes da opressão feminina. Segundo a autora, isso pode ser um problema para as teorias feministas ao desviar o foco dos debates acerca da emancipação das mulheres em relação ao patriarcado; sendo poucos os termos e as falas que atacam diretamente o sistema repressor, trocar estes por temas mais gerais (como “gênero”, por exemplo) pode ser uma perda para o movimento.

²⁸ 2004, p. 45

Pensarmos os estudos de forma crítica e à quem eles servem é sempre uma tarefa válida, porém alguns debates acerca de gênero não podem ser desprezados pelas feministas. Um deles é sobre como as relações de gênero definem, na nossa sociedade, o que é considerado feminino e masculino, conforme citamos acima, como quais espaços, tarefas e cargos são atribuídos ou considerados nocivos por serem baseadas em valores naturalistas, morais e ideológicos. Assim, os potenciais das mulheres são restringidos em nome de uma forma de organização social fundamentada na exploração do outro e inferiorizando as diferenças ao invés de exaltá-las para uma construção social mais harmônica e equilibrada.

Com isto exposto, podemos afirmar que outro ponto central na luta do movimento feminista ao longo dos anos é a quebra dos padrões de gênero na sociedade. Os debates das pautas feministas apontavam e comprovavam que a questão biológica não era mais um argumento válido para a segregação que acontecia na sociedade; que “para Joan Scott, gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder.” (PEDRO, 2005, p. 86)

Uma das formas de análise da trajetória do movimento feminista é a análise histórica com classificação e divisão dos marcos políticos pelo que se chama de “ondas”. É válido lembrar que essas classificações servem como auxiliares às pesquisas feministas; não há uma unanimidade acerca desse método de estudo, porém é o mais conhecido e utilizado. Ainda assim, destacamos as suas problemáticas para nós, pesquisadoras latino-americanas, pensando a origem de suas análises e também a própria questão de continuidade de eventos históricos para a investigação mais fiel e completa de um movimento social.

Portanto, entendendo o enfoque histórico desta pesquisa enquanto o período da ditadura militar brasileira, que ocorreu dos anos 1964 até 1985, focaremos aqui no que foi convencionalmente chamado de “segunda onda do feminismo”. Para compreendermos com mais clareza como esses processos se desenrolaram, explicaremos um pouco das lutas feministas internacionais e, paralelamente, as disputas realizadas em território brasileiro.

O período da segunda onda feminista tem como marco inicial a década de 60, nos Estados Unidos. Enquanto o momento da primeira onda focava nas questões legais referentes às mulheres²⁹, a segunda onda ampliava as discussões do movimento feminista para um leque maior de questões em pauta, indo para um debate sobre a questão privada da vida das mulheres - como as questões de sexualidade, direitos trabalhistas, direitos reprodutivos, questão familiar, entre outros.

²⁹ A principal pauta da primeira onda foi o sufrágio feminino.

A emergência dessa onda de debates e lutas se deu muito pelos cenários que se configuravam na Europa e nos Estados Unidos durante a primeira metade do século 20. Com as guerras mundiais que ocorreram durante décadas, os homens foram para o fronte de batalha e as mulheres de classe média ficaram em casa. Porém, agora não eram responsáveis apenas pelo espaço doméstico no sentido familiar e tradicionalmente destinado à elas, mas também lhes ficou incumbido o papel de provedoras do lar, na ausência dos homens. Houve, nesse período, uma massificação do trabalho das mulheres, que, junto com outros processos desse período (como os avanços nos métodos contraceptivos, por exemplo), estimularam as mulheres a participarem mais da vida pública em sociedade.

No entanto, ao acabarem as guerras e os homens retornarem aos seus países e seus lares, estes não acompanharam a mudança que aconteceu e exigiam que as mulheres retornassem aos seus cargos de esposas e mães, retornassem à casa. E as mulheres se negaram à isso: passaram anos demonstrando o quão capazes eram de fazer qualquer trabalho que nunca lhes foi permitido antes, não existia motivo real para pararem de fazê-lo.

Desta maneira iniciou-se a segunda onda feminista no âmbito estadunidense e europeu. No Brasil, os acontecimentos históricos mostram um desenrolar diferente das questões. Nos anos 60, décadas após a conquista do voto feminino brasileiro, houve o golpe civil-militar mediante a ideia de um possível regime comunista (como foi explicado nas páginas anteriores). A repressão existente na época não se deu apenas no campo político, mas também no campo cultural, social, acadêmico, entre outros. Muitas pessoas sentiram necessidade de sair do país e o fizeram; foi por meio desse autoexílio que muitas mulheres brasileiras foram para a França na mesma época em que o feminismo de segunda onda começava suas reivindicações.

Ao retornarem para o Brasil, estas mulheres, identificando-se como feministas com mais certeza, trouxeram consigo os escritos que lá fora encontraram. Além disso, já havia circulação de textos e notícias sobre os movimentos que aconteciam fora do Brasil, o que incentivava a organização e a resistência das mulheres que aqui ficaram. Juntando isso à necessidade de lutar contra um regime autoritário como foi o militar, ainda mais pesado para as mulheres devido às opressões que já lhes eram impostas antes desse período, iniciou-se o movimento feminista de segunda onda.

Conforme nosso relato mostra, os atos do movimento feminista não são uniformes em todo o globo; ao fazer as divisões em ondas para explicar as pautas feministas, as autoras e autores cometem um erro muito comum, porém grave, que é o de esquecer-se do referencial geográfico em sua fala. O local originário de suas falas raramente aparece em seus textos, dando a entender que suas explanações são tidas como análises universais, desconsiderando outros

paradigmas e realidades existentes ao redor do globo. No entanto, por mais que alguns problemas trabalhados pelo feminismo sejam estruturais, as especificidades históricas de uma região não podem ser esquecidas nessas análises. A análise de ondas que permanece como majoritária nos debates feministas é, na verdade, apenas uma das análises que se faz necessária para o movimento. É preciso pensar como o feminismo aconteceu em outras partes do mundo, como na América Latina e do Sul, por exemplo, e construir a narrativa do mesmo, sem tomar as ondas do norte como referência.

Assim, em nossa pesquisa entendemos a importância do destaque do local referencial em que nos encontramos enquanto pesquisadoras. Por isso sentimos a necessidade desta exposição para contextualizar nosso objeto de pesquisa; apresentaremos neste trabalho as pautas do jornal *Mulherio* junto do trabalho da jornalista Inês Castilho. Este jornal existiu desde o final de 1982 até 1988; ou seja, entre o final da ditadura e o início da transição para a nova democracia brasileiro. Por conta do seu período de atuação, acreditamos que conseguiremos ver com maior clareza as pautas que ganharam espaço no novo cenário nacional.

Além disso, foi necessário expor as questões feministas para entender como se deu o surgimento do jornal (que explicaremos nas próximas partes da pesquisa): entender a forma com que o feminismo brasileiro se organizava e reivindicava suas demandas há época é essencial para a compreensão de suas ações no campo tático e teórico.

Depois desta elucidação sobre o movimento feminista e suas disputas dentro da história brasileira, podemos explicar mais sobre os movimentos de esquerda do Brasil dentro da resistência ao regime ditatorial e também sobre as divergências que surgiram entre alguns grupos. Além disso, estamos agora aptos à discutir o surgimento dos jornais feministas dentro de uma lógica de disputa de narrativa. Também traremos as pautas dos jornais à época por dois motivos: pelos fins da pesquisa em si e para evidenciar o discurso feito no momento de nascimento dos jornais feministas.

2.3 SOBRE OS SUJEITOS HISTÓRICOS

Apresentamos o cenário nacional da época para a contextualização do assunto, agora apresentamos os sujeitos envolvidos no processo pesquisado, de forma a entender de maneira completa como as ações aconteceram e como a cadeia de eventos se constrói da forma com que temos recentemente, acreditando que análises historiográficas são o caminho mais confiável para a compreensão de um assunto.

Os 21 anos que marcaram a ditadura foram cruéis e complexos para a sociedade brasileira; por um lado, havia uma imagem de tranquilidade e prosperidade econômica na nação, advinda da falsa estabilidade proporcionada pelo chamado “Milagre Econômico” - que depois viríamos a entender como, na verdade, foram atitudes inconsequentes em relação à economia nacional que resultaram num grande endividamento externo num período de recessão global em nome de um suposto desenvolvimento interno nacional que não aconteceu de fato.³⁰

Por outro viés, no entanto, os custos sócio-políticos e culturais para a manutenção do tipo de regime que era administrado à época foram altos; diversas liberdades individuais foram retiradas das pessoas; desde o direito à livre expressão artística, o direito ao pluripartidarismo até ao totalitarismo do âmbito nacional sob as estruturas municipais e estaduais, perseguições políticas e tortura de pessoas suspeitas de se colocarem contra o regime.

Apesar de todas estas complicações, existiram movimentos de resistência à ditadura militar; antes mesmo do golpe ocorrer já existia uma articulação interessante na América Latina acerca de movimentos sociais e políticos em prol de uma construção de modelo societário alternativo à ordem vigente (como exposto nas páginas anteriores, há autores que afirmam que esse foi o motivo central do golpe, inclusive). Então faz sentido que, a partir do momento que se tem instaurado no país uma gestão administrativa de cunho autoritário e com um modelo de sociedade baseado em exploração intensificada, exista a atuação de grupos que discordem desta visão.

Isso não significa que essa movimentação opositora deu-se de forma espontânea ou fácil; organização do povo demanda muita articulação política para qualquer grupo (seja ele de caráter insurgente, como o relatado aqui, ou não), ainda mais sob as condições de censura intensa e repressão constante como foram as décadas de 60 e 70 no Brasil. Ao levarmos em conta a expansão territorial brasileira, a população e os meios de comunicação escassos da época, é compreensível a dificuldade elevada de uma mobilização constante a nível nacional contra um estado nacional dirigido por militares.

Somando a essa dificuldade a forma com que geralmente “as esquerdas confiavam na legalidade e no espírito democrático das Forças Armadas”³¹, o que de fato se sucedeu no Brasil no momento pós golpe em relação aos movimentos de esquerda e resistência às ameaças golpistas foi um espanto coletivo quanto ao ato do golpe ter se concretizado de fato, depois de

³⁰ CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores públicos e privados em crise nos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.121-144, ago. 1995. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287/1232>>. Acesso em: 13 out. 2017.

³¹ Joffily 2005, p. 62

cerca de 03 anos de articulação em torno disso. Os grupos e movimentos sociais de oposição não estavam organizados como se esperava neste primeiro momento e, inicialmente, a resistência não ocorreu.

No entanto, isso não se prolongou. A crise global que batia à porta das nações inspirava o sentimento de revolta; na França de 1968, surgia o lema “é proibido proibir”, a juventude norte-americana colocava-se contra o governo em sua guerra ao Vietnã no cenário internacional e contra as políticas racistas que fundaram o país no cenário interno, com o Partido Panteras Negras para a Autodefesa, por exemplo. Jornadas estudantis de esquerda eram noticiadas no Japão e na Alemanha. No Brasil, o primeiro movimento a colocar-se contrário ao regime civil-militar foi o movimento estudantil. Segundo Joffily³²:

“O movimento estudantil, desde 1965, reorganizou a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e várias entidades estaduais. O 28º congresso da UNE realizou-se em julho de 1966 no porão de uma igreja em Belo Horizonte, driblando forte aparato policial (os 300 delegados entravam e saíam na hora da missa, misturados aos fiéis). Mesmo sem sede nem subvenções oficiais, a entidade liderava mais de 50 mil estudantes, que participaram da Setembrada, contra o ensino pago e a repressão.” (p. 82-83)

Dois dos maiores episódios de resistência ao primeiro governo da ditadura aconteceram a partir de iniciativas estudantis, a “Sexta-feira Sangrenta” e a “Passeata dos 100 mil”. O primeiro evento começou com uma passeata, em 1968, exigindo as verbas universitárias que as instituições precisavam para manter seu funcionamento. Ao passarem pela embaixada dos EUA, na qual atiraram pedras, foram recebidos com tiros de dentro do próprio prédio. Ao longo do dia, o centro transformou-se num campo de batalha, que resultou em cerca de 28 mortos³³, porém o governo divulgou oficialmente apenas duas mortes.

Em resposta à essa violenta repressão do Estado, aconteceu a Passeata dos 100 mil. De acordo com a tese de Joffily aqui já citada, “estudantes, intelectuais e padres promoveram, sem um só incidente, a maior manifestação desde 1964.” Porém o general Costa e Silva não aceitou nenhuma das reivindicações do movimento e também proibiu, após essa data, qualquer manifestação no país em espaços e vias públicos.

A medida que o tempo passava, os movimentos se articulavam mais, como a resistência da União Estadual dos Estudantes de São Paulo para a organização do 30º congresso da UNE e

³² JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3337/1/OliviaJoffily.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

³³ *idem*, p. 85

a mobilização nacional para a libertação dos 700 delegados deste congresso que foram presos. Porém essa articulação e fortalecimento também ocorria nas disputas internas do regime, e no final de 1968 foi aprovado o Ato Institucional 5, que cerceou ainda mais os direitos da população brasileira.³⁴

Antes de iniciar sua trajetória no jornal *Mulherio*, Inês também trabalhou em diversos periódicos brasileiros e morou com algumas amigas por um curto período de tempo nos Estados Unidos da América, tendo a oportunidade de acompanhar o movimento político e o movimento feminista estadunidense que aconteciam nos anos 70 por lá, bem como os movimentos de contracultura. Seu retorno aconteceu em 1975, pouco antes da execução de Vladimir Herzog.

Nessa segunda década da ditadura, conhecida como *Anos de Chumbo*, a repressão aos movimentos sociais torna-se ainda mais repressiva e agressiva. Conforme os escritos de Joffily (2005), é a partir de 1977 que o movimento estudantil perde um pouco de seu protagonismo, surgindo aí o movimento sindical e operário; “os estudantes, porém, mantiveram-se ativos, engajando-se na campanha pela anistia e prosseguindo na reconstrução das entidades desmanteladas após o AI-5, sobretudo a UNE.”

O movimento operário e sindical teve poucas atuações no início do regime e foi podado com vigor pelo AI-5 a partir de sua instauração devido aos seus precedentes; havia muito temor por parte dos militares devido ao seu histórico de reivindicações e lutas na trajetória brasileira. A expansão do movimento dos sindicatos vinha desde antes do golpe de 1964, avançando tanto em áreas urbanas quanto rurais³⁵, provando a efetividade da organização do trabalhador perante abusos dos patrões e do Estado. Portanto, era essencial à sobrevivência do regime que esse tipo de movimento fosse sufocado o mais rápido possível.

Assim, após apresentar o movimento estudantil e brevemente o movimento sindical devido às suas limitações, prosseguimos para os movimentos de resistência armada e, por fim, a esquerda brasileira. Apesar dos anos de articulação nacional para a orquestração do golpe, os movimentos de esquerda foram pegos de surpresa quando o mesmo instaurou-se no Brasil. Esse despreparo aliado à uma eclosão mundial de focos de resistência ao capitalismo resultou em rachas no principal partido de esquerda no país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB); alguns militantes e dirigentes fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), outros foram para a Ação Popular (AP), entre outras forças políticas.

Parte da razão deste racha foram as diferentes linhas que surgiam em outros países sobre métodos revolucionários e mostraram-se efetivas. Na China de Mao-Tsé Tung, influenciado

³⁴ Joffily 2005 p. 85

³⁵ Comissão Nacional da Verdade no Brasil, dezembro de 2012, p. 96.

pelo marxismo-leninismo, surgia o maoísmo: uma corrente comunista revolucionária focada no campesinato chinês, a maior parte da população do país, através da linha de massas - ou seja, o maoísmo afirmava que com o apoio permanente das classes operária e camponesas seria possível uma revolução comunista no país.

A Revolução Cubana de 1959 também foi um grande exemplo para os resistentes brasileiros, principalmente por ser um país latino-americano. O pequeno grupo de guerrilheiros liderado por Fidel Castro e Che Guevara lutou contra a exploração do governo de Fulgencio Batista e instaurou um regime comunista na ilha. No entanto, é necessário lembrar que Cuba possuía dimensões territoriais bem menores quando comparadas ao Brasil e, enquanto China e Brasil são mais semelhantes em questões territoriais, a população chinesa à época da revolução cultural ultrapassava a brasileira em quase 10 vezes³⁶, sendo que esta já passava de 70 milhões³⁷.

Por isso, é necessário aqui atentar a importância de cada movimento de resistência, seja ele revolucionário ou não, mas especialmente se for, lembrar da necessidade de análise material de sua realidade para a construção de um plano estratégico e tático para seu horizonte político. Apenas com as linhas políticas corretas para a população é possível resistir a governos antipopulares e construir alternativas verdadeiramente democráticas.

Dado este cenário e a baixa articulação existente no Brasil à época em relação ao período crítico pelo qual o país passava, a reação da esquerda brasileira foi tardia devido a falta de unidade do movimento. Boa parte deste espectro político acreditava que a resistência se daria no meio rural, devido a grande dominância deste em relação ao meio urbano nacional. No entanto, como o movimento de resistência era composto majoritariamente por estudantes, operários, intelectuais e profissionais liberais - todos estes setores da classe oprimida habitantes da cidade - que precisavam angariar fundos para suas ações, foram poucos os episódios no campesinato; o mais conhecido foi a Guerrilha do Araguaia.

Segundo Peixoto³⁸, a Guerrilha do Araguaia aconteceu no sudeste do Pará e no norte do então estado de Goiás, hoje Tocantins, iniciando em meados da década de 1960 e durando quase dez anos. Tendo como fonte de inspiração a já aqui referida Revolução Chinesa, os 15 militantes que à região chegaram por volta de 1966 almejavam lutar contra a ditadura militar e, a partir do campesinato, construir uma democracia verdadeiramente popular no Brasil.

³⁶ Especificamente 652 300 000, segundo o site CountryMeters.

³⁷ Tendências Demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

³⁸ PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 6, n. 3, p.479-499, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Um dos fatores mais marcantes sobre esse episódio específico da história brasileira foi o caráter guerrilheiro que esse movimento assumiu desde o princípio; assumindo, então um caráter mais radical à luta contra o regime vigente. Também é válido destacar a violenta repressão e perseguição que os militantes neste projeto sofreram por parte do governo militar nos anos de chumbo; o fim da Guerrilha do Araguaia só foi aceito após a morte de seus últimos membros, ainda que a guerrilha em si já estivesse bastante desarticulada à época. Além disso, citando Peixoto³⁹,

“(...) a maior dimensão da guerrilha tem a ver, principalmente, com o massacre promovido pelo Estado – ainda que executado pelo relativamente autônomo setor de informações –, ao torturar impiedosamente centenas de camponeses da região e executar prisioneiros rendidos, em clara violação aos direitos humanos e em total desacordo com tratados internacionais.”

Além da Guerrilha do Araguaia, a maioria dos movimentos de resistência armada possuíam perfil de guerrilha urbana: grupos como Aliança Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR - Palmares), entre outros, tinham seus focos de atuação nos grandes centros da nação com ações táticas semelhantes, na linha de sequestros, assaltos e ações armadas, mesmo que possuíssem divergências teóricas. Citando Joffily⁴⁰,

“(...) realizaram ações espetaculares, como a “expropriação” de um cofre com R\$2,5 milhões de dólares, atribuídos à caixinha do governador de São Paulo, Ademar de Barros. Também promoveram o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, o primeiro na América Latina e o feito de maior impacto da guerrilha urbana. Realizado por um comando conjunto do MR-8 e da ALN, liderado por Virgílio Gomes da Silva, obteve a libertação de 15 presos políticos, levados ao México.”

Explicamos sobre todos esses movimentos de resistência à ditadura para explicitar a sua existência, para mostrar como o governo não estava consolidado nestes primeiros dez anos, mas também para mostrar a pluralidade de movimentos existentes a época; Inês poderia ter atuado no movimento estudantil durante o seu tempo na USP, poderia ter se filiado ao sindicato de sua categoria enquanto jornalista, poderia ter se filiado à partidos políticos ou à guerrilhas urbanas ou rurais.

No entanto, acreditava na resistência através das palavras, preferindo lutar contra o regime com sua profissão, o jornalismo. Disputando a narrativa daqueles anos turbulentos e

³⁹ *idem*, p. 482

⁴⁰ 2005, p. 91

violentos, pensar formas alternativas de chegar ao imaginário da população e relatar as atrocidades que aconteciam naquela época era tão necessário quanto uma guerrilha ou as disputas institucionais travadas pelos partidos de legenda. Assim, falaremos com mais detalhes acerca da imprensa brasileira

2.3.1 Sobre a imprensa brasileira

“Cabe ressaltar que o AI-5 não deve ser entendido estritamente como resposta (...) à luta armada. Deve-se percebê-lo como parte de um projeto de uma linha mais radical que vinha desde o início do período militar, em constituir um aparato global de controle da sociedade. Esse projeto não se resumia apenas na repressão ou na espionagem, mas também na censura e na propaganda política.”⁴¹ (p. 5)

O espaço de propagação de informações é algo valioso e crucial para a manutenção de qualquer regime e modelo de organização social. Assim sendo, faz muito sentido afirmar que os meios de comunicação hegemônicos em uma sociedade costumam pertencer à classe dominante e propagar os ideais defendidos pela mesma. Isso não significa que não existam outros meios de informação opostos às ideias hegemônicas de seu tempo; podem não ter o mesmo alcance das mídias principais, mas cumprem uma função importante de disseminar uma alternativa de pensamento às ideias do período.

Assim, é importante ressaltar, como fizemos acima, que a resistência à qualquer tipo de movimento se dá nas mais diversas esferas, não apenas nas chamadas “ações diretas”. Política está presente em todos os meios da nossa sociedade e é possível ter um posicionamento em relação à mesma das mais variadas formas. Uma delas, sem dúvida, é através da mídia. Durante a ditadura civil-militar brasileira, esse espaço midiático de resistência foi chamado de *mídia alternativa*. Segundo Silva e Melo⁴²:

“As páginas da imprensa alternativa também se configuraram como espaço privilegiado para os movimentos de resistência à ditadura, em especial na década de 1970. Estes jornais – em sua maioria no formato tabloide ou minitabloide – caracterizaram-se pela denúncia da violência e arbitrariedade do regime e estiveram ligados a partidos ou organizações de esquerda clandestinos e ainda aos movimentos sociais, em especial relacionados às minorias políticas.” (p. 2)

⁴¹ SAMWAYS, D. T. Censura à imprensa e a busca da legitimidade no regime militar. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - SEÇÃO RS, 9, 2008. Porto Alegre. Anais... Eletrônicos. Porto Alegre. 2008. p. 1-12

⁴² SILVA, Izabel Pimentel da; MELO, Dominique Almeida. A imprensa alternativa feminista na resistência à ditadura civil-militar brasileira. **Novo Enfoque**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p.114-119, jan. 2015. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/files/19/18-1215-1240-05_12_2014-Os_movimentos_de_resistencia_a_Ditadura_Civil-Militar_Brasileira.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017

Enquanto os grandes jornais do país, como *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* cobriam as informações do país e sua conjuntura da maneira que interessava os grandes detentores de poder do país, esses tabloides menores mostravam o que acontecia por trás das cortinas, nos bastidores do governo militar: as perseguições políticas, as censuras, as torturas e as mortes acobertadas como “desaparecimento político” que foram os pilares deste regime.

Porém, para entender o papel da mídia alternativa no Brasil, é importante entendermos suas origens, bem como a mídia hegemônica que existia e ainda existe até hoje. Parte desse trabalho surgiu com o antigo presidente Getúlio Vargas; após ser reeleito pela população em 1950, para o descontentamento das grandes fortunas que controlavam as mídias do país, sentiu sério revés em sua imagem devido aos ânimos contrários ao seu novo mandato; sentia que precisava, segundo Dantas⁴³, “contar com um veículo de comunicação para enfrentar o fogo cerrado da mídia aliada aos setores mais conservadores do capital nacional e defensora dos interesses das grandes corporações internacionais que atuavam no país.”

Assim surgiu o jornal *Última Hora*, um jornal inovador para seu tempo devido à nova diagramação, novo esquema de cores e fotos e, acima de tudo, um contra-peso aos jornais conservadores da época. Além deste jornal, existiam outros jornais como *Pif Paf*, *Libertação*, *O Guerrilheiro*, que surgiram nesse período de tensão política, com propostas de colocar-se contrários à hegemonia existente nos meios de comunicação mesmo no período - e até mesmo nos primeiros anos da ditadura, até o início dos Anos de Chumbo, era possível noticiar as questões de articulações contrárias ao regime em mídias nacionais ou estaduais sem ter uma censura tão forte.

Isso se deu porque até mesmo dentro do governo militar existiam disputas ocorrendo e nem sempre o mesmo grupo venceu, o que fez com que esse período tenso e turbulento por si só fosse ainda mais crítico para a população devido a heterogeneidade e inconstância das formas de implementação da ditadura vigente. Assim, as formas de repressão não foram as mesmas ao longo dos 21 anos de regime e nem a forma de censura.

Não apenas o grupo denominado “castelista” (a linha mais branda da ditadura, ligada ao primeiro militar no poder durante o regime, Castelo Branco), considerado mais brando, era o vigente nos primeiros quatro anos da ditadura, mas também era o início do projeto; precisavam testar as águas e ver como o povo reagiria às medidas e em quais níveis seria necessário fazer as repressões. Inclusive esse grupo não apoiava uma construção de regime longínquo: eles eram

⁴³ 2014, p. 60

a favor de uma intervenção provisória na política brasileira, para impedir que se instaura-se o comunismo no país. Sobre o assunto, Samways⁴⁴ diz:

“Entre os anos de 1964 até 1968, ano da edição do Ato Institucional n.º 5, podemos considerar que a censura não foi tão rígida, não que não tenha existido, pois filmes foram censurados já em abril de 1964, assim como jornalistas foram presos também nesse período, mas ela não era sistemática, não possuía todo poder e aparato que ganhou nos anos seguintes, e com a edição do AI-5 o governo adquiriu um poder de controle muito maior sobre a imprensa. Caberia à imprensa manter a população “informada” do que acontecia no país, noticiar ‘um país que vai pra frente’.”

Desta forma, é compreensível que as articulações do grupo acima citado em relação à censura do período parecessem mais moderadas: não tinham a intenção de permanecer e construir um governo de décadas, eles encaravam a junta militar à frente da nação como uma medida preventiva em relação a um projeto com o qual tinha discordâncias. Já o grupo seguinte, considerado a “linha dura” da ditadura civil-militar, tinham objetivos diferentes para o país.

Este grupo de fato se articulava para consolidar um governo nacional de cunho militar e ditatorial no território brasileiro. Para tanto, investiu muito mais pensamento e estratégia para a efetivação deste plano - vide a continuidade de quase uma década deste grupo no poder - além da organização prévia junto à aprovação dos Atos Institucionais, em específico o quinto, que é considerado o marco inicial dos chamados “anos de chumbo”: o período de 1968 até 1978, onde a repressão e a censura foram mais pesados e intensos.

Além dos diferentes objetivos dos atores envolvidos no processo, é necessário ressaltar a complexidade da censura que existia à época. Fico⁴⁵ tem interessantes escritos acerca do tema:

“Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura de diversões públicas. A primeira era “revolucionária”, ou seja, não regulamentada por normas ostensivas. Objetivava, sobretudo, os temas políticos stricto sensu. Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam. A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida com orgulho.”

Entendemos que estes elementos são fundamentais para entender a mídia brasileira durante o regime militar por constituírem os elementos materiais que influenciaram as ações dos atores. Os objetivos políticos e ideológicos delimitaram a estratégia que o governo teria com os tipos de censura: para poderem clamar que o período era “democrático” e não

⁴⁴ 2003, p. 4

⁴⁵ 2004, p. 37

“autoritário”, a censura oficial era apenas no meio cultural, baseada numa análise moral da forma com que a sociedade deveria se portar. Porém, de maneira informal, garantindo assim a defesa de ataques de opositores e a não fabricação de arquivos contrários às ideias pregadas por seus dirigentes, a censura da imprensa aconteceu de forma velada.

Por ter acontecido de maneira muito difícil de obter um respaldo legal de defesa, a resistência e os protestos também tiveram mais dificuldade em organizar-se; porém, sob essa ótica, é possível afirmar que a mídia alternativa mostrava-se ainda mais essencial naquele período. Se um governo que controla e manipula as informações que chega à população devido ao caráter totalitário e repressivo em nome da manutenção de um sistema, a existência de veículos anti-hegemônicos de informação são o primeiro passo para a mudança de cenário. Entramos, então, na questão da imprensa alternativa.

Como contrapartida à hegemonia nos meios de comunicação, surgiu a mídia alternativa. Também chamada de mídia nanica, esses jornais costumavam ter o formato de tabloide e uma circulação de alcance menor, devido às estruturas não tão consolidadas como as de seus grandes opositores. Seu conteúdo era variado, tratavam de todos os temas que não passavam na peneira da censura estatal: desde a verdadeira situação do país em relação às estruturas do regime como questões relativas ao feminismo e ao racismo, por exemplo.

Uma análise que julgamos enriquecedora para esta pesquisa é acerca do fenômeno da mídia contra hegemônica em si. Assim como o fenômeno de repressão ideológica foi massivo e continental na América Latina por parte dos Estados Unidos e sua política externa para o período da Guerra Fria, também o foi a resistência às censuras que faziam parte do plano de base para este projeto autoritário de regime. E então, a partir disso, analisa-se as formas com que essas mídias se construíram nos seus espaços nacionais e com quais motivações. Os cadernos da Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro⁴⁶ corroboram com esta hipótese quando abordam a temática:

“O boom da imprensa alternativa não foi, entretanto, um fenômeno exclusivamente brasileiro. Mais ou menos na mesma época, regimes autoritários que se pautaram pela censura aos meios de comunicação, pela perseguição a jornalistas e pelo fechamento de órgãos de imprensa instalaram-se em outros países do Cone Sul: na Argentina (1966 e 1976), no Uruguai (1967 a 1973) e no Chile (1973). Em alguns, esse tipo de jornalismo apresentou características comuns, como a rejeição ao regime autoritário.”

Os primeiros jornais e tabloides que surgiram, ainda na década de 60, traziam o humor e a sátira como forma de resistência à censura que lhes era imposta. O tabloide Pif Paf durou

⁴⁶ 2005, p. 11

apenas oito edições, extinguindo-se ainda mesmo em 1964, porém trazia grandes doses de deboche à ineficácia e ainda instabilidade do governo militar da época.⁴⁷ Após a instauração do AI-5, uma das ações mais pesadas de repressão deste período, surgiu *O Pasquim*. São muitas as histórias sobre este jornal durante seus anos de existência, sendo o mesmo referência nas pesquisas sobre a mídia alternativa da época da ditadura. Com grandes apoiadores como Chico Buarque e Glauber Rocha, o jornal passou pela escalada de censura à medida que os anos passavam; desde censura irregular até a censura prévia. Sofreram invasão por parte de policiais do DOI-CODI, que resultou na prisão de quase todo seu corpo editorial e de atentados terrorista à bomba que quase causou mortes no Rio de Janeiro.⁴⁸

Estes meios de comunicação eram majoritariamente organizados e compostos por jornalistas e editores que foram demitidos e/ou censurados durante o início do golpe civil-militar. Porém, este não foi o único tipo de mídia alternativa que existiu neste período. As organizações políticas e os partidos (mesmo que clandestinos) também acreditavam na importância da mídia contra hegemônica e organizaram os seus próprios meios de veiculação de ideias contrárias ao regime. O terceiro tomo da primeira parte do Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo⁴⁹ traz informações interessantes sobre estas mídias clandestinas:

“Quase todas as organizações e partidos de esquerda elaboraram sua própria comunicação, assumindo todos os riscos que o sistema repressivo impunha. Era preciso muita astúcia para angariar fundos, apurar informações proibidas, montar gráficas e distribuir os jornais clandestinos. Por exemplo, em maio de 1968, Carlos Marighella lançou o seu boletim clandestino *O Guerrilheiro*, conclamando a luta armada. A Ação Popular lançou seu jornal clandestino *Libertação*, enquanto discutia sua fusão com o PCdoB, que por sua vez instalava as bases da guerrilha do Araguaia.”

Um dos jornais considerados mais influentes da década de 1970⁵⁰ foi o *Opinião*; vinha “com a proposta de ser crítico, analítico e abertamente contra a ditadura”, conforme o relatório acima referido. Quem trazia essa proposta de modelo era o Comitê Central da organização Ação Popular - que o fazia de forma clandestina por conta da perseguição política que se instaurava ano após ano no país, desde a assinatura do AI-5. Kucinski destaca que:

⁴⁷ Relatório Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo. Relatório - Tomo I, Parte III: Imprensa de resistência à ditadura

⁴⁸ Idem, p. 3

⁴⁹ 2013, p.5

⁵⁰ Bernardo Kucinski em seu livro “*Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*”, referência no assunto mídias alternativas e de resistência ao período civil-militar brasileiro.

“competindo com a cosmética *Veja*, o alternativo *Opinião* desvendou por comparação direta o adesismo da grande imprensa ao regime autoritário. Isolou intelectualmente o governo, já isolado da juventude urbana por *O Pasquim*. Foi se tornando, como *O Pasquim*, ponto de encontro virtual das oposições”⁵¹

Acreditamos que é interessantes destacar um outro ramo da mídia alternativa que existiu na época, a chamada *imprensa sindical* ou *imprensa operária*. Uma das primeiras tarefas do regime civil-militar após sua tomada de poder, conforme já relatamos aqui, foi o fechamento imediato de sindicatos e outras entidades de base do povo devido ao seu poder de mobilização e unificação da classe trabalhadora. Assim, parte da imprensa de esquerda que atuava nesse meio foi censurada desde o início deste período - e tendo esta uma maior aproximação com a maior parte do povo brasileiro e também preocupando-se em pensar uma comunicação clara e voltada para os trabalhadores, seus dirigentes entendiam a importância do enfrentamento através da disputa da narrativa em todos os meios possíveis.

Esta análise nos mostra como a população brasileira não aceitou de forma passiva as atrocidades que lhe foram infligidas, apesar das inúmeras barreiras existentes por parte do governo vigente para a manutenção de um regime antipopular. No entanto, não existem movimentos perfeitos e por isso é válida a crítica que tecemos nestes próximos parágrafos.

Apesar das pautas abordadas pelos jornais serem extremamente importantes para o momento histórico do país e que a mídia alternativa resistiu no cenário repressivo ao longo de todo o regime, isso não significa que não houve disputas e conflitos internos nas redações dos jornais e tabloides. Debates acerca da ordem de pautas, de assinaturas ou não em matérias e, é claro, em relação ao conteúdo destas pautas e do viés político que os jornais teriam.

Uma crítica pesada relatada pelas pesquisadoras da mídia feminista é o purismo por parte dos movimentos sociais, organizações e partidos políticos da época em relação às pautas que deveriam ser abordadas na política de resistência no geral: os movimentos operários e sindicais acreditavam que o foco da disputa, em qualquer ambiente que fosse, deveria ser na resistência ao governo vigente, na revolução comunista, na conscientização da classe trabalhadora sobre as opressões que sofriam.

Neste sentido, O movimento de esquerda valia-se de um discurso purista muito problemático para os movimentos e militantes da época. Reivindicar a classe trabalhadora e suas lutas, a revolução comunista, as lutas tidas como clássicas do movimento de esquerda como as únicas pautas dignas de atenção durante um regime autoritário e antipopular como foi a ditadura civil-militar era um erro de interpretação muito grave de ser cometido por

⁵¹ idem, p. 171

movimentos que reivindicam as teorias marxistas e as análises dialéticas como sua base estratégica.

Ao ter o povo brasileiro como referencial material para as análises, majoritariamente composto por múltiplas etnias, mas principalmente etnias provenientes de matriz africana e ter um fenótipo populacional negro, ter as mulheres como maior parcela da população (ativa ou não) e recusar-se a trabalhar pautas como a questão de raça ou da mulher, principalmente num momento em que as repressões aumentam sobre a população e as camadas mais prejudicadas tendem a ser aquelas que já sofrem algum tipo de preconceito na sociedade, é um erro grosseiro de se realizar pois significa não conseguir fazer análises condizentes com a realidade do povo com o qual se constrói um novo projeto de organização social.

Posto isso, o que acontecia nos espaços de redação dos jornais e tabloides clandestinos da época era um embate entre o grupo majoritário de militância, composto em sua grande maioria por homens que já construíam política antes do período ditatorial e tinham como foco central e uno da resistência a luta de classes e a consciência da classe trabalhadora, e a minoria composta por mulheres que reivindicavam pautas que eram, sim, sensíveis a uma parcela muito grande do povo brasileiro independente do momento histórico que se relata no Brasil devido à construção imperialista, racista, machista e heteronormativa na qual o país se edifica; mas principalmente num momento de tensão política que levou ao regime antipopular.

Não conseguindo ganhar as disputas nas redações dos jornais e entendendo a importância das pautas que traziam à baila, a única opção que estas mulheres viram para o impasse foi os rachas das redações e a criação dos espaços próprios de veiculação de informações de acordo com o que acreditavam necessário ser debatido nesse momento. Assim surge a imprensa alternativa feminista.

Antes de trabalhar no *Mulherio*, que surgiu relativamente tarde na história dos jornais alternativos, Inês trabalhou na criação do jornal *Nós Mulheres* após retornar ao Brasil em 1975. Depois se dedicou à cinematografia e durante o período que concluía as edições finais de seu segundo curta metragem, assumiu o editorial do jornal *Mulherio*. Entendendo a importância da imprensa alternativa feminista enquanto intersecção do movimento feminista e dos movimentos sociais na resistência à ditadura, entramos na parte final deste capítulo falando sobre esse movimento e sobre dois grandes jornais que o representaram, antes do *Mulherio*: *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*.

No primeiro momento de tensões entre as pautas que deveriam ser abordadas nos jornais, a reação inicial das mulheres não foi a separação dos editoriais e fundar seus próprios jornais. Ainda era necessário uma organização e um acúmulo por parte destas militâncias para

garantir a organicidade desse movimento; havia muitos livros e material teórico⁵² para estruturar os movimentos que estavam por vir, mas era preciso pluralizar as pautas do debate sobre o feminismo no Brasil. Apesar do movimento já estar acontecendo dentro do Brasil, o retorno das exiladas foi de grande ajuda para ampliar o debate que se fazia nacionalmente, pois em sua bagagem traziam o que aprenderam nos movimentos que ocorriam no norte, fazendo assim o movimento brasileiro expandir suas discussões.

Apesar da contrariedade inicial por parte de alguns setores em debater as pautas que o movimento feminista trazia para os espaços, o cenário mundial sugeriu uma abordagem diferente para a situação que se colocava à época e isso ajudou a militância feminista para a sua organização. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou aquele como o Ano Internacional das Mulheres e também declarou a década seguinte (compreendendo de 1976 a 1986) como a Década da Mulher⁵³.

Assim, é possível afirmar que algumas alterações no cenário internacional ajudaram a articulação dos movimentos feministas brasileiros; a partir dos clubes de mães e dos grupos e discussões que se reuniam para debater a situação da mulher brasileira em meio ao período ditatorial que a luta feminista se articulou, no primeiro momento⁵⁴. A partir disso, ficou claro a necessidade de ampliar esse debate para o nível macro e, para isso, precisavam do movimento trabalhando a nível nacional. Para isso acontecer, as ideias sobre a pauta feminista precisavam chegar às mulheres de todos os cantos do Brasil e isso só poderia acontecer através de bons meios de comunicação.

É sob esta conjuntura que surgem os jornais feministas no Brasil. Um dos primeiros registros de mídia alternativa feminista no período ditatorial é proveniente justamente deste “feminismo made in exílio”⁵⁵: foi o jornal latino-americano *Nosotras*. Segundo Cardoso (2004), um grupo de cerca de 200 mulheres latino-americanas (em sua grande maioria brasileiras), exiladas em Paris por conta das ditaduras no Cone Sul, reuniram-se no que foi chamado de Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris para debater as questões referentes às mulheres sob um viés da América Latina enquanto estavam em seu exílio.

⁵² Podemos citar alguns deles para o enriquecimento do debate: *A mulher na sociedade: mito e realidade*, de Heleieth Saffioti, publicado originalmente em 1967; *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, publicado em 1949; *A Mística Feminina*, de Betty Friedman, publicado em 1963, são obras consideradas pilares do movimento feminista na segunda metade do século 20.

⁵³ UNIDAS, Organização das Nações. **Mulheres - ONU Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

⁵⁴ WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.104-117, 4 maio 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n1p104>.

⁵⁵ Li a expressão na dissertação de Elizabeth Cardoso (2004)

O jornal foi uma de suas primeiras atividades; publicado bimensalmente em formato de tabloide a partir de 1974, já tinham um acúmulo de panfletos e traduções sobre os estudos feministas desde 1972. Tendo reuniões quinzenais para debates e estruturação dos editoriais, as mulheres respeitavam e valorizavam a pluralidade de vivências dentro do grupo: as matérias iam desde a mulher e a escola venezuelana até a mulher cubana.⁵⁶

Já no Brasil, o primeiro jornal alternativo feminista registrado na história foi o *Brasil Mulher*, em 1975. Em seu jornal de inauguração, o editorial destacava os dois motes principais de seu trabalho: a luta pela anistia e compreensão de que a luta pelos direitos das mulheres passava pelos direitos humanos no geral e pela construção de uma sociedade justa para homens e mulheres.

A pauta pela anistia crescia no cenário brasileiro em meados dos anos 70; haviam grupos nacionais que pensavam a necessidade de anistia para os perseguidos políticos pelo regime e a pauta ganhava força com o início da distensão política. Um dos movimentos que vale destacar nesta pesquisa é o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), que participou muito da criação do *Brasil Mulher*. Uma das principais articuladoras do MFA, Teresina Zerbine, articulou com Joana Lopes para a criação do jornal, voltado para as mulheres e tendo esta pauta como um de seus focos centrais. No entanto, essa parceria não foi muito duradoura: Zerbine acreditava numa anistia restrita, enquanto Lopes e o resto do corpo editorial do *Brasil Mulher* não excluía terroristas ou radicais de esquerda de seu projeto de anistia.⁵⁷

Depois de uma primeira edição feita basicamente por Joana Lopes, o *Brasil Mulher* se espalhou pelo país, tendo bases editoriais em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraná. Para a centralização das pautas e a organização política do conteúdo jornalístico a ser abordado, foi criada a Sociedade Brasil Mulher, que basicamente eram militantes do jornal, representantes dos editoriais de cada estado, que se reuniam para participarem de espaços políticos onde as pautas eram debatidas diretamente com as mulheres do Brasil, como movimentos de saúde, associações de donas de casa, sindicatos e para garantir a existência do jornal: planejar a distribuição, garantir que a polícia não recolheria o material, entre outras atividades.

Uma das características marcantes do jornal era a grafia que trazia. Segundo Cardoso (2004):

⁵⁶ Cardoso (2004)

⁵⁷ Idem, p. 84, 85

“A primeira fase do BM (pré-racha político) foi marcada por seu projeto gráfico, que valorizava a fotografia. As capas traziam fotos de mulheres marcadas pelo tempo, pela pobreza e pela sua condição social. As principais chamadas das matérias, geralmente três, emolduravam a foto. No interior do jornal as fotos ganhavam páginas inteiras e contavam histórias.” (p. 89)

Durante seus cinco anos de existência, o jornal *Brasil Mulher* teve uma gama de pautas em seu editorial. Joana Lopes, em entrevista à Elizabeth Cardoso⁵⁸, afirma que foi uma escolha do grupo editorial do jornal em abordar diversas pautas em suas edições, contanto que fossem pautas importantes para as mulheres; pensar em qual momento estava o debate sobre a mulher no Brasil, qual era a mulher brasileira da década de 70 e o que importava para a sua vida, para a construção de uma sociedade que de fato a contemplasse ao invés de explorá-la e diminuí-la - assim se dava a construção dos editoriais mensais.

Sobre as pautas debatidas, o relato de Leite (2003) reforça a pluralidade defendida pelo editorial:

“[...] vale destacar que o jornal *Brasil Mulher*, desde o número 0, afirmava a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, debatia um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação/exploração das mulheres e divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Por outro lado, posicionava-se sobre todos os fatos conjunturais em pauta na realidade brasileira pós-luta armada, em plena vigência da ditadura militar e da reorganização do movimento popular. (p. 237)

Segundo os estudos de Teles e Leite⁵⁹, estas pautas se estruturavam dentro das seções do jornal, que possuíam quatro eixos principais. O primeiro deles era o editorial: uma matéria sobre a mulher a mais algum assunto político vinculado à ela, de conteúdo opinativo. O segundo era a anistia: reportagens, notícias, textos, algum material referente à luta pela anistia, que era um dos pilares do jornal. O terceiro se chamava “Os Fatos Estão Aí”, relatando questões sobre a conjuntura nacional e sobre o movimento das mulheres no Brasil. Por último, uma seção chamada “Rosa dos Ventos”, onde assuntos envolvendo arte, educação, comunicação, ciência e acontecimentos internacionais que poderiam interessar as mulheres.

Essas pautas eram reflexo do público visado pelo grupo editorial do jornal. Conforme Teles e Leite (2013)⁶⁰ relata em seu trabalho:

“O público-alvo do *BM* era, sem dúvida, as mulheres dos meios populares: operárias, mulheres da periferia, faveladas, mulheres do campo. A presença de matérias sobre

⁵⁸ Idem, p. 91, 92

⁵⁹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. 312 p.

⁶⁰ Idem, p. 74-75

essas mulheres era constante no jornal: os tipos de assuntos abordados eram os que lhes diziam respeito, como a falta de saneamento básico nas periferias e favelas, a falta de creches, de escolas e de postos de saúde, a carestia, as condições de trabalho, os congressos de trabalhadoras, as reuniões de grupos e associações de mulheres de regiões distantes da área central.” (p. 74-75)

Desde o início do jornal era explicitado como o *Brasil Mulher* não se colocava enquanto um “jornal da mulher” (inclusive utilizando estas exatas palavras em sua primeira edição lançada), mas sim um jornal que se propunha a lidar com as pautas da mulher na sociedade, buscando pela igualdade entre homens e mulheres e, portanto, entendendo que para isso era necessário debater não só o feminismo, mas também as relações entre homens e mulheres de maneira mais complexa, mas ainda tendo como foco a questão de gênero. Leite e Teles (2013)⁶¹ trazem uma boa fala em relação a este ponto:

“O *Brasil Mulher* defendia, também, a dupla militância ou seja, a filiação partidária ou sindical e a feminista. O feminismo não deveria se isolar das propostas políticas societárias amplas, evitando o risco de uma prática pontual, isolada e, conseqüentemente, inócua.” (p. 61)

Além da ruptura inicial com Zerbine, houve mais um racha político no *Brasil Mulher* no período de sua oitava edição. Sempre houve disputas internas no jornal e após a sétima edição do jornal, um grupo diferente assumiu a direção da SBM e trouxe consigo a proposta de aproximar o jornal mais das questões gerais da sociedade, das questões de classe. Devido à discordância com a forma com que essas pautas foram trazidas e tocadas dentro do jornal, depois desta eleição o grupo fundador saiu da edição do jornal. Em março de 1980, após 16 edições do *Brasil Mulher*, é lançada uma edição especial de encerramento do jornal.

Outro jornal da última década da ditadura brasileira que julgamos importante para esta pesquisa é o *Nós Mulheres*. Tendo como período de existência o intervalo de dois anos entre 1976 e 1978, o jornal feminista teve oito edições publicadas pela Fundação Carlos Chagas⁶².

Diferentemente do *Brasil Mulher*, conforme nos mostra Tamião⁶³, o *Nós Mulheres* tinha uma versatilidade maior em sua composição editorial; este era composto por sociólogos, jornalista, estudantes de diversas áreas (indo desde história até psicologia). Uma característica

⁶¹ Idem, p. 61

⁶² De acordo com o site da Fundação: “Esse tabloide artesanal era instrumento de divulgação de assuntos não veiculados na imprensa oficial, expressando o pensamento feminista e político de uma época. Vigorando em um contexto político marcado pela censura, o jornal viu-se obrigado a inovar em termos de linguagem e de abordagem. Hoje, o *Nós Mulheres* é importante fonte histórica sobre o feminismo e suas questões.” Mais informações em: <<http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/>>.

⁶³ TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas feministas**: os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* (1975-1988). 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

interessante era a de que suas matérias não possuíam assinaturas; por trabalharem de forma descentralizada, um texto poderia ser reescrito várias vezes, fazendo, assim, com que o trabalho final não fosse fruto de apenas uma pessoa no jornal. Sobre o surgimento do jornal, a socióloga Maria Lygia Moraes⁶⁴, enquanto uma das mulheres que integrou o grupo fundador, traz sua perspectiva sobre o assunto:

“O surgimento do *Nós Mulheres* - em junho de 1976 -, [foi] fruto da criação caótica de 20 mulheres que, em sua maior parte, desconheciam a militância política organizada, pois estavam fazendo ali sua primeira experiência de intervenção social através da luta ideológica.”

É interessante destacar que os dois jornais citados com maior destaque nesta seção (*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*) possuíam bastante semelhanças entre si. Ambos possuíam tiragem irregular, que era vendida nas bancas (dado que o momento de sua existência já era o da distensão política) mas principalmente para a militância. Surgiram apenas com um ano de diferença e seus projetos se propunham a construir jornais voltados “para as trabalhadoras, em defesa das liberdades democráticas. Com notícias sobre o movimento de mulheres e que buscava contribuir para a sua formação política e feminista.”⁶⁵

Assim, antes de explanar sobre o segundo jornal em pauta, é válido o questionamento: por que os grupos editoriais não se uniram em uma única equipe? Além da questão da autonomia pela qual as militantes que compunham o grupo fundador do *Nós Mulheres* prezavam, a questão da presença de militantes vinculadas a organizações e partidos políticos no editorial do *Brasil Mulher* também foi um fator que corroborou para a criação do segundo jornal, bem como a ausência de laços familiares e afetivos.

Também entra nesta lista as diferentes formas de organização interna e objetivos intermediários com o trabalho dos editoriais; enquanto o grupo do *Brasil Mulher* era composto boa parte por jornalistas com carreiras já consolidadas, que lidavam bem com a chamada “burocracia dos jornais” e se mantinham às mesmas, a forma organizativa do *Nós Mulheres* era quase anárquica quando comparadas e estas prezavam muito mais pelo debate e seus frutos conseguintes - fosse em forma de publicação ao formação política da militância - do que pela publicação do jornal em si, como as mulheres do *Brasil Mulher*.

Em sua primeira edição, a equipe editorial do *Nós Mulheres* usa da seguinte citação⁶⁶ para definir-se enquanto feminista:

⁶⁴ MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A história do feminismo*. São Paulo: Unesp, 1990, p.79

⁶⁵ Teles e Leite, 2013, p. 83.

⁶⁶ *Nós Mulheres*, nº1, jun. 1976.

“O Nós Mulheres quer, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir, o que calçar. E por isso, não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. Nós, mulheres, decidimos fazer esse jornal feminista, para poder ter um espaço nosso, para discutir nossos problemas.”

Acerca dos temas abordados pelo jornal *Nós Mulheres*, podemos afirmar que, assim como o *Brasil Mulher*, eles se dividiam em dois eixos temáticos. O primeiro seria de “temas da conjuntura atual” e o segundo sobre “temas de interesse imediato das mulheres”⁶⁷. O primeiro grupo aborda questões no âmbito macro, como a questão das eleições (tema bastante discutido à época), o movimento pela anistia (uma das principais bandeiras do movimento de mulheres durante o período ditatorial) e os movimentos organizados pelas mesmas acerca dos custos de vida. Já em temas que dizem respeito ao interesse das mulheres, a gama de assuntos maximiza; aqui entra a questão reprodutiva e a necessidade de autonomia feminina, questão trabalhista, violência doméstica, prostituição, aborto, divórcio, trabalho rural, discriminação racial, entre outros.

Ainda falando sobre as questões de gênero que permeiam nossa sociedade, é interessante ressaltar como alguns assuntos, tais como “creche”, “saúde familiar”, “violência doméstica”, são considerados interesses femininos - mesmo sendo temas que afetam a vida de homens e mulheres e, portanto, deveriam demandar atenção equânime de ambos os sexos. A centralidade desses assuntos apenas nas pautas das mulheres é mais um indicativo de como o patriarcado ainda encontra-se entrelaçado nas nossas construções sociais, apesar de todos os avanços, e que ainda há muito a ser reestruturado em nossa sociedade.

Acerca das pautas principais ao longo dos dois anos de jornal, é possível afirmar que o maior foco do *Nós Mulheres* em suas matérias foi a questão trabalhista, os direitos das mulheres e a saúde feminina.⁶⁸ Além disso, as matérias do eixo “específico” aos interesses das mulheres sobressaem em 77% as matérias de análise de conjuntura geral, com 23% de conteúdo⁶⁹. Isso é mais um argumento adicional sobre como a vida das mulheres e suas especificidades não estão incluídas na temática da vida pública, mesmo após anos de mudanças em relação ao papel das mulheres na sociedade.

⁶⁷ Teles e Leite, 2013, p. 94

⁶⁸ No capítulo 4 do livro *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil*, de Teles e Leite, previamente aqui citado diversas vezes, há uma rica análise acerca dos conteúdos dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, baseada em levantamento de dados sobre as matérias e os editoriais, tendo tabelas e gráficos elaborados pelas autoras para melhor compreensão.

⁶⁹ Teles e Leite, 2013, p. 103

A organização física do jornal, em parte devido à diferença profissional do grupo que compunha o jornal quando comparado ao grupo do *Brasil Mulher*, por exemplo, com muito mais jornalistas, não se deu de forma complexa ou muito extensa; Tamião relata que “as estruturas em forma de seções deste jornal foram: Editorial, Daqui e Dali, Foto-Criação, Retalhos, Bate-Papo, a história em quadrinhos protagonizada pelo personagem Bia Sabiá, e a seção de cartas, local de diálogo entre as produtoras do jornal e suas leitoras”⁷⁰.

Apesar de todos os problemas financeiros (que em boa parte foram responsáveis pela não veiculação mensal do jornal como o editorial primário prezava em fazer) e da inexperiência de muitas militantes lá dentro, a proposta de feminismo que o *Nós Mulheres* trazia, de acordo com Maria Lygia Moraes⁷¹, era uma resposta às demandas das mulheres da época.

“O *Nós Mulheres* conseguiu desenvolver um estilo original de pensamento feminista, respondendo de maneira dialética às permanentes acusações, que os setores conservadores da esquerda fazem [...] o feminismo vai dividir a luta dos trabalhadores; só a burguesia tem interesse na luta das mulheres, como é que a mulher vai se libertar se é o capitalismo que a oprime? e mais frequentemente, agora temos de lutar pelas liberdades democráticas, depois pelos direitos da mulher.”

⁷⁰ Tamião, 2009, p. 34

⁷¹ MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A história do feminismo*. São Paulo: Unesp, 1990, p.79

3 MULHERIO E O TRABALHO DE INÊS CASTILHO

“Foi uma honra participar do Mulherio como editora, de 1983 a 1988. (...) Recebi um jornal primoroso das mãos da primeira editora, Adélia Borges, e contei sempre com o apoio e aconselhamento da pesquisadora Fúlvia Rosemberg - uma das mães do projeto, ao lado de Carmem Barroso e da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Conteï ainda com colaborações preciosas, como a da historiadora Maria Lúcia de Barros Mott e a da jornalista Santamaria Silveira, na redação e edição de matérias escritas por muitas mulheres e alguns homens, de todo o país.” Inês Castilho

No capítulo anterior deste trabalho, expusemos brevemente acerca da imprensa feminista sob um determinado aspecto: sua gênese e o momento histórico em que aconteceu, bem como o papel de certos atores naquela conjuntura inicial deste movimento. Agora, por entrarmos no capítulo que se aproxima mais do nosso objeto de estudo propriamente falando, pretendemos aprofundar a temática nas páginas seguintes: como o movimento feminista se fortaleceu com as publicações feitas por esse ramo da mídia e como suas pautas e suas lideranças atuaram no momento da redemocratização do país.

“Ao traçar algumas informações sobre a história dos veículos feministas e suas bandeiras, a partir de textos publicados nos jornais, busca-se lançar luz sob o processo gradativo de conquista de espaço para tematizar, em meio à ditadura, temas dos direitos das mulheres.

Trata-se de uma história que compõe um cenário de lutas pela resistência, que contou com o papel decisivo da imprensa alternativa para instituir na esfera pública as demandas pela cidadania feminina, conjugada com transformações no campo da política.”⁷²

Com o fim dos anos de chumbo, iniciou-se o período final da ditadura, compreendendo a última década do regime, em específico o governo Geisel (1974-1979) com o seu projeto de distensão “lenta, gradual e segura”. A forma com que o governo passou a lidar com as repressões midiáticas nesse período diferencia-se dos primeiros dez anos da ditadura; se antes existia um controle excessivo por necessidade de consolidação de um projeto de governo nacional, nesta última década o objetivo dos militares no governo era começar uma transição para um período democrático em que os reveses fossem os menores possíveis, dado a conjuntura de fim do milagre econômico e crises mundiais econômicas.

Assim, é possível afirmar que a conjuntura nacional era mais favorável às movimentações femininas na época do que anteriormente. No entanto, conforme já exposto

⁷² Woitowicz, 2014

neste trabalho, os problemas mais complicados enfrentados pelos grupos feministas à época encontravam-se na própria resistência: a gama de pessoas e grupos articulados contra a ditadura era significativamente maior do que a articulação em favor das pautas especificamente feministas. Além disso, muitos companheiros do movimento de esquerda colocavam-se contrários ao movimento das mulheres por entender que dividia os interesses do movimento. A seguinte citação de Céli Pinto (2003) elucida muito bem este ponto:

“O feminismo era malvisto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal Pasquim, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. (p. 64)

“(...) na década de 1970, havia 150 jornais alternativos no Brasil. A imprensa feminista inseria-se nesse montante junto a publicações voltadas para ecologia, humor, prazer, política, economia. Contudo, são os periódicos sobre gênero que apresentam continuidade durante as décadas de 1980, 1990 e nos dias atuais, enquanto a imprensa alternativa como um todo perdeu força.”⁷³

3.1 MULHERIO

A importância do jornal *Mulherio* para esta pesquisa se dá por dois motivos: primeiramente por ser um dos jornais feministas de maior destaque e atuação na época da ditadura e por ter seu período de atividade na época de transição de regimes, sendo assim uma das fontes primárias de pesquisa sobre nosso objeto de estudo, as pautas feministas no período da transição para o regime democrático. Portanto, decidimos que a pesquisa acerca deste jornal em específico precisava ser mais detalhada e deveria encontrar-se em uma seção separada do trabalho.

O jornal *Mulherio* surge na cidade de São Paulo, em março de 1981, publicando 42 edições de seu material até julho de 1988. O projeto é criado conjuntamente entre mulheres pesquisadoras e jornalistas, contando com o apoio da fundação Carlos Chagas e financiamento da fundação Ford, que pretendiam sistematizar informações acerca do estudo da condição feminina no Brasil.⁷⁴ Logo na edição inicial do jornal, em seu primeiro editorial⁷⁵, as mulheres que compunham esse grupo explicavam, tanto semântica quanto politicamente, o significado de seu nome:

⁷³ CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, dez 2004, v. 12, número especial p. 37-55

⁷⁴ Site da fundação Carlos Chagas, página referente à história do jornal *Mulherio*. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>>

⁷⁵ Jornal *Mulherio*, nº 0, São Paulo, mar. 1981.

"Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, "gostosura". Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete "mulher" já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: "1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. esposa". Em seguida a definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: "a toa", "da comédia", "da rua", "da vida", "da zona", "da rótula", "do fado", "errada", "perdida" - todas sinônimos de meretriz. (...) Mulherio, por sua vez, nada mais é do que "as mulheres" ou "Uma grande porção de mulheres". É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* (grifo delas) e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas." (p. 1)

É sob esta perspectiva que surge o jornal: almejando uma especialização do movimento feminista e um reconhecimento por parte dos governos nacionais e estaduais sobre as necessidades específicas que as mulheres tinham em nossa sociedade - necessidades essas que requerem atenção e comprometimento político à época (e em alguns casos, ainda atualmente) inexistentes. Percebendo as demandas das mulheres em relação aos debates específicos sobre suas pautas no momento em que o país passa por momentos de mudança em sua constituição enquanto nação, a equipe editorial do *Mulherio* se colocava como um canal facilitador para esse debate: entendendo seu local no cenário nacional enquanto mulheres de classe média em grande maioria, mas priorizando a grande massa de mulheres periféricas.

Dentro da perspectiva da gênese do jornal, é importante lembrar o momento histórico-político sob o qual o jornal surgia e o trabalho de Tamião⁷⁶ nos auxilia nesta questão: a Lei da Anistia havia sido aprovada no Congresso Nacional em 1979 e já não havia mais a questão da ilegalidade atrapalhando as pautas dos partidos de esquerda. São questões importantes de levantar nesta pesquisa por serem pautas que os jornais precedentes ao *Mulherio* defendiam e que na nova conjuntura, por não necessitarem mais uma centralidade nos debates, não seriam pilares desse novo jornal. No *Mulherio*, as pautas voltadas para a política institucional giravam em torno das mobilizações para as diretas já, discussões sobre a constituinte e debates sobre as eleições de 1982.

Também é necessário apontar uma das bases edificadoras do jornal, guiando o trabalho realizado pelas mulheres ao longo de toda a existência do periódico, o feminismo de igualdade. Essa noção de feminismo expressa-se de diversas formas e sob diferentes denominações, mas sua essência se preserva independente disso: essa linha de pensamento entende existem diferenças entre homens e mulheres (biológicas, por exemplo) e que essas diferenças

⁷⁶ TAMIÃO, 2009.

demandam diferentes direitos em alguns momentos, mas isso não justifica qualquer tipo de desigualdade existente em nossa sociedade; é necessário que todas e todos sejam respeitados em suas diferenças. A partir disso, exige-se tratamento igualitário para todas e todos.

Entendendo esta lógica de pensamento como o norte do trabalho destas mulheres, é mais fácil entender como Inês e as companheiras do jornal trabalhavam com pautas referentes principalmente às mulheres dentro do espaço social que ocupavam na organização da sociedade brasileira por terem a compreensão que a grande mídia não só entendia como prioritárias e privilegiava as questões entendidas como “masculinas”, mas também o fazia desprezando tanto pautas que, de fato, tocavam exclusivamente as mulheres, mas também outras que se referiam a ambos os sexos⁷⁷.

Análises baseadas nos editoriais do jornal nos ajudam a assimilar melhor estas questões; na primeira edição do *Mulherio*, a então editora responsável Adélia Borges apresenta as propostas do jornal no seu momento de criação, tanto sobre as pautas quanto sua estrutura. Os posicionamentos dos jornais não seriam fixos ou pré-determinados: todos os assuntos passariam por debate no Conselho Editorial, composto de 16 mulheres. Além disso, pretendiam ter uma matéria central de plano de fundo pro conteúdo do jornal e abrir espaços para assuntos diversos a partir disso; seja com textos, fotos, charges, entrevistas, entre outros formatos de escrita.

A história do *Mulherio* divide-se em três períodos: o primeiro deles foi de março/1981 até setembro de 1983, o segundo momento foi de maio de 1984 até abril de 1988 e o período final do jornal foi nos meses de junho e julho de 1988. Nos primeiros dois anos do jornal, foram publicadas 16 edições sob a direção editorial de Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges e seu foco principal era a sistematização das pesquisas feministas encontradas no Brasil até aquele momento; aberta a todas as correntes do feminismo que tivessem interesse em auxiliar nesse projeto, a equipe do *Mulherio* pretendia que o jornal fosse um canal de troca de experiências acerca dessas pesquisas de forma a orientar e facilitar a expansão de trabalhos que pautassem os problemas da mulher brasileira nos anos 80⁷⁸.

Neste período, a pauta do jornal elaborava assuntos políticos diversificados, sempre pensando nas vivências das mulheres como centro de discussão devido ao descaso da mídia majoritária em relação a esses debates. Entre os assuntos mais debatidos neste momento, podemos destacar a discriminação contra a mulher em ambientes corporativos, a violência

⁷⁷ É importante destacar que não acreditamos que apenas a mídia dominante tivesse essa postura machista ou oprimisse as mulheres dentro de nossa sociedade; isto é um reflexo dos problemas estruturantes e sistemáticos da cultura solidificada em nosso país hoje em dia.

⁷⁸ Freitas, 2014.

contra a mulher e uma das pautas que considero interessante de explicar um pouco mais seria o direito trabalhista.

A coerência do jornal entre suas pautas e as noções de feminismo se expressa muito bem dentro desta temática em específico. O debate trazido à pauta pelo editorial do *Mulherio* reivindicava a liberação do direito ao trabalho noturno para as mulheres (proibido à época) e concomitante à essa luta, também exigia a extinção das medidas protecionistas às mulheres na legislação trabalhista, algo que não era abordado por todo o movimento feminista brasileiro de maneira homogênea. Elas entendiam que não havia porque proibir o trabalho noturno das mulheres, por isso demandavam esta pauta, mas também não acreditavam nas ditas proteções que existiam à época: o que se pautava era tratamento igualitário, entendendo as demandas específicas que existiam. Segue um trecho publicado no jornal pela advogada Comba Marques Porto⁷⁹:

“A legislação trabalhista é paternalista e protetora em relação às mulheres. Mas essa “proteção” nos interessa? Até que ponto ela não acaba por legitimar conceitos discriminatórios, como o de sexo “naturalmente frágil”, o de que a mulher se equipara ao menor ou ainda o que deixa os filhos sob sua responsabilidade exclusiva?” (p.6)

⁷⁹ PORTO, Comba Marques. O que deve mudar na velha CLT. Jornal *Mulherio*. São Paulo, nº 7, mai 1982, p. 6

Imagem 1: Capa da edição nº7 do jornal *Mulherio*, que contou com diversas abordagens acerca do trabalho da mulher, desde a perspectiva de gênero (vide reportagem intitulada “O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?”) até a questão racial (ver reportagem “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”).



O segundo momento do jornal é onde Inês Castilho foi uma das personagens mais ativas; durante os quatro anos que se sucederam após maio de 1984, quando o jornal voltou à ativa após um hiato de seis meses devido ao fim do apoio financeiro institucional da fundação Carlos Chagas, Inês foi a responsável pelos editoriais dos 24 números publicados neste período. Tendo como objetivos centrais ser um jornal de reflexão sobre a questão da mulher brasileira, lido tanto por mulheres como por homens e que fizesse um contraponto à maneira esquizofrênica com que a mídia em geral tratava a mulher e suas pautas, segundo o primeiro editorial⁸⁰ daquela fase.

Antes de trabalhar no editorial, Inês já contribuía pontualmente no jornal e uma das questões que a jornalista também considera importante no trabalho feito por este jornal foi a

⁸⁰ Jornal *Mulherio*, nº 16, São Paulo, maio 1984, p. 2

utilização da plataforma de maneira a propiciar espaço para o início dos debates sobre feminismo negro no Brasil, por exemplo através da antropóloga Lélia Gonzalez⁸¹ e da filósofa Sueli Carneiro⁸², que é bastante visível neste segundo momento do jornal.

As pautas do jornal se expandiram neste período: além das usuais temáticas referentes às mulheres, como divisão dos trabalhos domésticos com base no gênero, licença-maternidade e aborto por exemplo, mais questões de cunho cultural também foram incorporadas aos trabalhos do jornal, como literatura, cinema, música e artes. Essa alteração é visível até na estética⁸³ do próprio jornal: enquanto as edições pertencentes à “primeira fase” do jornal são mais básicas e em preto e branco, neste segundo momento elas são mais refinadas, coloridas e atraentes.

O *Mulherio* era muito plural nos temas levantados para exposição. Há matérias com assuntos como o direito à creche⁸⁴ (infelizmente uma demanda tida como exclusivamente das mulheres na sociedade em geral), questões referentes à dupla jornada das mulheres e o desprezo pelo trabalho doméstico⁸⁵, as discriminações que as mulheres sofriam sobre seus relacionamentos pessoais amorosos e basicamente em qualquer profissão⁸⁶ que escolhessem exercer. E também, conforme já foi destacado antes, traziam o debate da questão racial como uma das pautas centrais; o *Mulherio* foi um dos precursores no debate do feminismo negro brasileiro, com nomes como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

As discussões sobre questões de maternidade⁸⁷ também tiveram atenção especial devido à complexidade e riqueza de debate. Debatia-se a questão do aborto, como era uma pauta muito em alta à época, mas também as outras problemáticas acerca do direito reprodutivo feminino, como a naturalização da maternidade compulsória, os prós e contras da licença à maternidade - como, por exemplo, o aumento do desemprego feminino devido à escolha dos padrões de

⁸¹ Lélia Gonzalez foi uma importante referência sobre o movimento negro em geral e feminismo negro em particular, na história brasileira. Em 1978, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, em São Paulo, foi deputada federal pelo PT em 1983, foi integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, estabeleceu diversas conexões internacionais com lideranças negras e lecionou na PUC-Rio.

⁸² Sueli Carneiro é outra mulher de renome na história da luta do movimento negro e do feminismo negro brasileiros. Em 1988 foi fundadora e é atual diretora do Géledes - Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente em São Paulo, integrou o Conselho Nacional da Condição Feminina e atua enquanto ativista antirracismo desde o início dos anos 80.

⁸³ Ver site da fundação Carlos Chagas, seção onde é possível acessar todas as edições do jornal para ver o contraste: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/capas2.html>>

⁸⁴ Os números 2, 11, 16, 21, 23, 25 do jornal contém reportagens sobre o direito à creche.

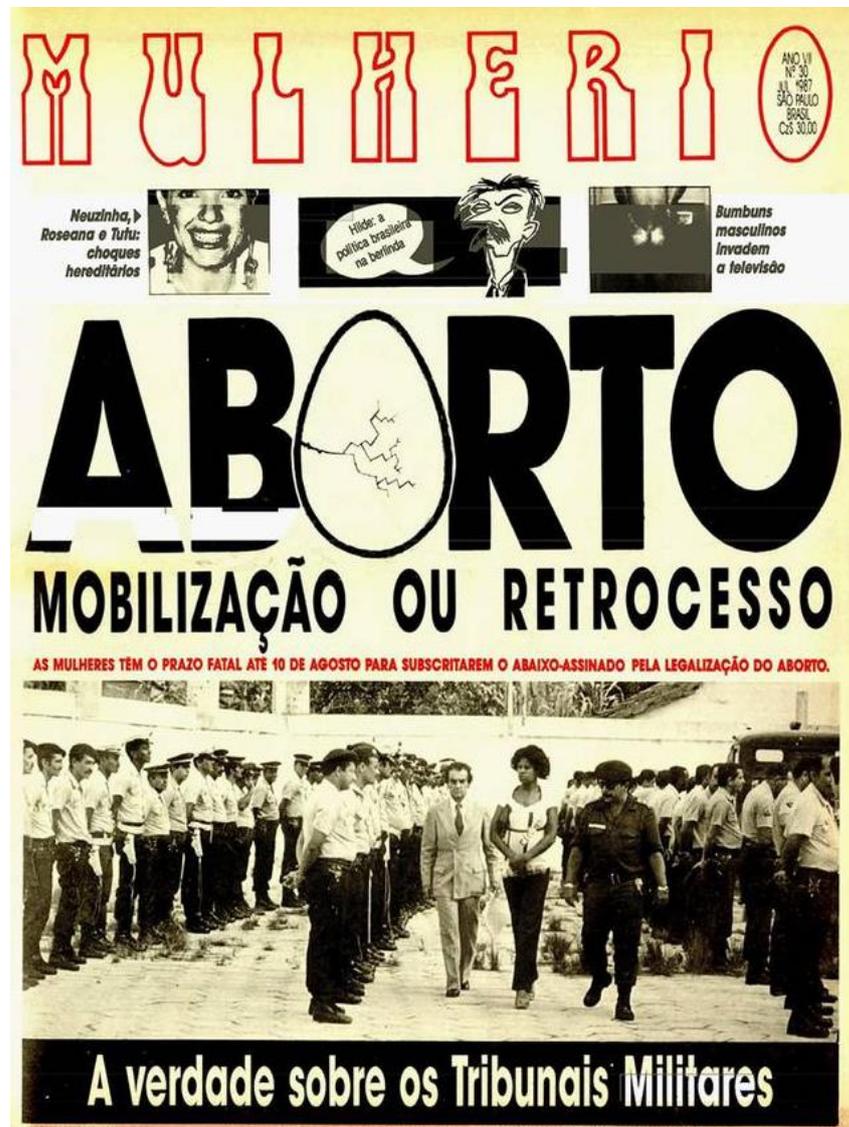
⁸⁵ Edição 12

⁸⁶ É interessante destacar esta parte porque não havia apenas uma área profissional onde houvesse relatos de diferenciação de tratamento entre homens e mulheres; o jornal trazia matérias que expunham a diminuição das mulheres nos mais diversos ambientes profissionais; desde médicas à professoras, operárias, secretárias, garis - as mulheres eram desrespeitadas e desvalorizadas nos mais diversos espaços de trabalho, independente de hierarquias e de que a sua inserção no mercado é cada vez mais crescente.

⁸⁷ Edições 5, 7, 12, 13, 26, 30, 38 trazem essas discussões.

preferirem não arcar com as responsabilidades referentes à licença. Entendia-se a complexidade do assunto e as diversas visões do público leitor e se trabalhava o debate de maneira coerente, inteligente e complexa de acordo com sua demanda.

Imagem 2: Capa do jornal Mulherio, nº 30, tendo como matéria de capa a reportagem “Aborto: Mobilização ou Retrocesso”



Por fim, em junho e julho de 1988, o nome do jornal muda para *Nexo - Feminismo, Informação e Cultura*, bem como deixa de ser um jornal e passa a ser uma revista de arte.⁸⁸ Sob a análise de Freitas⁸⁹, essas mudanças que foi acontecendo nas diretrizes políticas do jornal eram um reflexo do movimento feminista no cenário nacional em questão de espaços de atuação. Com as mudanças nos cenários de atuação do movimento, suas pautas também se

⁸⁸ Revista *Nexo*, nº 1, São Paulo, jun 1988, p. 2

⁸⁹ Freitas, 2014.

transfiguravam: a segunda onda do feminismo chegava ao seu desfecho e a terceira onda surgia em seguida, no início da década de 90, através da atuação por meio de ONGs em sua grande maioria (abordaremos esse assunto com mais profundidade nas próximas páginas).

Apesar de todas as turbulências ocorridas durante a sua existência, o jornal *Mulherio* foi muito próspero em sua jornada: foi o jornal feminista de maior duração, circulando por mais de seis anos, e tendo um alcance inesperado por parte de suas criadoras. Os jornais não informavam suas tiragens em seus volumes, mas as pesquisas de Woitowicz⁹⁰ nos mostram que houve edições com até 12 mil exemplares impressos, sendo enviados para diversos lugares do país e até para o exterior; a redação do jornal recebia de 5 a 10 cartas por dia, tanto de homens quanto de mulheres, mostrando a efetividade do trabalho do jornal na propagação das ideias do movimento feminista.

A estrutura do jornal era baseada na democracia; devido a pluralidade de mulheres e profissões que compunham o corpo editorial, indo desde jornalistas a psicólogas, as contribuições feitas aos textos eram as mais diversas possíveis e com alta constância. Assim, decidia-se que as matérias em sua grande maioria não seriam assinadas, já que estas mulheres entendiam que as reportagens eram fruto de um trabalho coletivo e que não fazia sentido apenas uma delas levar crédito por um trabalho que foi feito por todo o conjunto.

Ainda dentro da lógica estrutural do jornal, partindo agora para uma análise material⁹¹ da mesma no período que Inês foi editora responsável pelo *Mulherio*, observamos a seguinte composição: após a capa, há um espaço para resposta das cartas enviadas ao jornal, seguido geralmente das matérias anunciadas na capa da edição. Depois, as matérias variavam entre temas independentes que não era fixos ao jornal em sessões recorrentes como por exemplo “Cozinha” - que tratava de assuntos diversos num mesmo espaço, “Internacional” - que relatava questões referentes às mulheres no âmbito global, “Leitura” - que trazia questões de literatura para os debates do jornal.

Das lideranças que surgiram dentro do jornal, podemos citar as mais proeminentes como Fulvia Rosemberg e Adélia Borges, as primeiras editoras do jornal, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, colaboradoras que iniciaram os debates sobre o feminismo negro no Brasil, através das páginas do jornal e, por fim, a própria Inês Castilho, a segunda responsável pelo editorial do jornal, nosso objeto de pesquisa ao longo deste trabalho.

Agora, tendo apresentado o jornal, sua estrutura de trabalho e suas pautas proeminentes ao longo destas páginas, pretendemos explicar um pouco mais sobre o trabalho desenvolvido

⁹⁰ *A resistência da mulher na ditadura militar: Imprensa feminista e práticas de ativismo*. 2014, p. 113

⁹¹ Estudo baseado no intervalo compreendido entre as edições 16 e 38 do jornal, incluindo as citadas.

no jornal durante os anos em que Inês foi a editora responsável pelo mesmo. Para a realização desta parte da pesquisa, analisaremos algumas matérias escritas por Inês para o jornal, os editoriais e também algumas capas durante o período de 1984 até 1988 (antes do jornal tornar-se uma revista), já que entendemos a influência do trabalho de Inês mais forte durante este período da trajetória do *Mulherio*.

Este novo período inicia com um editorial extenso e que aborda questões múltiplas e complexas sobre o feminismo no dia a dia da mulher brasileira. Além das dificuldades financeiras que o jornal experienciou com a retirada do apoio da fundação Carlos Chagas, nesta edição as editoras também trazem questões conjunturais que influenciaram a reestruturação do jornal após sete meses de inatividade.

Havia a chamada “crise do feminismo” em debate no movimento a nível internacional; a militância feminista sentia algumas limitações em seu desempenho por sentir que, apesar das mulheres terem entrado “no mundo dos homens”, terem lutado por liberdades que antes não tinham, sentiam que o caminho inverso, dos homens compreenderem a necessidade de divisão de tarefas domésticas, por exemplo, não havia acontecido.

No entanto, o *Mulherio* via essas limitações sob um viés positivo; acreditavam que em situações assim emergia a possibilidade de renovações do movimento, de abordar novos questionamentos e pautas que ainda não haviam sido trabalhadas ou dar mais atenção aos problemas que eram mais complexos. Pensar não apenas “a questão da mulher” mas também “a questão do homem” e trabalhar assuntos que são geralmente tidos como “masculinos” a partir da perspectiva das mulheres, como economia, polícia e esporte, por exemplo.

Assim, os assuntos trabalhados no jornal ampliaram visivelmente seu escopo após a o período de inatividade; a partir de 1984 é possível ver como as questões culturais encontram um espaço maior nas páginas do periódico, conforme observamos em reportagens como “Diretas, Sempre (ou: a entrevista que não aconteceu)”⁹², “Abraão, o Falastrão”⁹³ e também na entrevista de sete páginas com o cantor Gilberto Gil⁹⁴. Além destes trabalhos em específico, assinados pela própria Inês, ao longo do jornal essas mudanças continuam aparecendo: tirinhas no final do jornal, espaço para recomendações de literatura, reportagens sobre como a mulher era vista em novelas ou entrevista com atrizes, entre outros exemplos.

⁹² *Mulherio*, n° 16, p. 6, reportagem onde Inês fala um pouco sobre a esposa do ex-presidente Jango, que iria ceder uma entrevista para o jornal sobre o filme da vida do mesmo, junto com a filha, mas ambas não estavam mais disponíveis “na hora agá”, utilizando as palavras da jornalista.

⁹³ *Mulherio*, n° 20, p. 19, reportagem curta sobre o filme *Cabra Marcado*.

⁹⁴ *Mulherio*, n° 36.

No período referente à Inês enquanto editora responsável pelo jornal, contabilizamos um total de dezenove (19) trabalhos assinados por ela, sendo seus formatos os mais variados. Devido ao número elevado, falaremos aqui das matérias que entendemos como importantes para o cerne da pesquisa e citaremos⁹⁵ as outras. Na edição 18, juntamente com Fulvia Rosemberg, Inês escreve uma matéria de duas páginas sobre a teologia da libertação sob o viés das mulheres; é interessante destacar esta questão devido ao tabu que ainda existe sobre a questão da mulher dentro de movimentos religiosos.

Na edição 21, assina uma reportagem sobre o casamento inter-racial e na edição 22 escreve uma matéria sobre o apartheid, ambos dentro da pauta racial, demonstrando como as mulheres que compunham o *Mulherio* entendiam a necessidade de se apropriar de todos os debates fundamentais do movimento para de fato construí-lo da melhor forma possível. Na edição 25, em um trabalho de três páginas com a contribuição de outras colegas⁹⁶ da redação, Inês fala sobre a Constituição de 1988 e sua relação com o feminismo. Por fim, na edição 34 do jornal, Castilho redige uma matéria de seis páginas sobre prostituição, tema que ainda hoje carece de estudos e debates sérios por parte de vários setores sociais no Brasil.

Além disso, as pautas relacionadas à política institucional e às opressões sofridas pelas mulheres continuam em grande debate dentro do *Mulherio*. Um debate necessário de ser incluído nesta pesquisa e que expressa isso é sobre a questão da Constituinte. Nos últimos dois anos de existência do jornal, a questão de uma nova constituição brasileira esteve presente de maneira muito expressiva enquanto demanda e bandeira levantada pelas mulheres que o compunham. Sendo enquanto matéria de capas de múltiplas⁹⁷ edições ou reportagens extensas acerca do assunto, o jornal cumpria seu papel enquanto difusor de pensamento crítico ao atentar para um debate que afetaria a vida de todas as mulheres no território nacional e colocou bastante energia e foco nesta questão.

As reportagens prévias ao período de instituição da nova Constituinte atentaram principalmente para as questões de machismo ainda presentes nos debates políticos sobre o

⁹⁵ Os trabalhos menores são tão diversificados quanto os já falados em nossa pesquisa. Na edição 17, um trabalho sobre Eliane de Grammont, uma cantora assassinada pelo ex-marido e cantor Lindomar Castilho. No número 19, realiza duas entrevistas: uma com a pesquisadora feminista Verena Stolcke e outra com a atriz Regina Duarte. No número 20, trabalha com a questão das mulheres empresárias em uma reportagem e termina o terceiro trabalho falando sobre Suzane Amaral, cineasta brasileira. Na edição 21 também fala sobre o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e sobre a médica feminista Ana Reis. Na edição 22, Inês entrevista a cientista social Carmem Barroso sobre o Fórum 85, escreveu uma reportagem sobre Angela Davis, professora, filósofa socialista e ativista do movimento antirracista estadunidense e outra matéria sobre o racismo na infância. Na edição 30, escreve sobre o Conselho Estadual da CONdição da Mulher, do estado de São Paulo e, por fim, na edição 31, faz uma matéria sobre o aniversário de um ano da revista *Presença de Mulher*.

⁹⁶ São elas Ana Matilde de Mesquita Sampaio, Maria Lúcia de Barros Mott e Pérola Paes.

⁹⁷ As edições 25, 26, 27, 29 e 33 trazem chamadas de matérias sobre a Constituinte.

documento que se construía: mesmo com todos as problemas derivados da opressão de gênero que os movimentos sociais brasileiros enfrentaram durante o período da ditadura, conforme já relatamos nesta pesquisa anteriormente, ainda se fazia necessário que as mulheres apontassem a falta de representatividade nos espaços de construção da mesma. Interessante destacar como houve trabalhos que evidenciaram a consciência coletiva presente nas mulheres acerca de suas demandas específicas para essa situação⁹⁸.

Imagem 3: Capas do jornal Mulherio das edições nº 25, 26, 27 e 29, respectivamente, todas abordando a questão da Constituição.



⁹⁸ Na edição 25, a reportagem “A nova Constituinte em gestação” relata a movimentação de mulheres em todo o país acerca dos debates sobre seus direitos sociais na constituição; independentemente de estarem politicamente organizadas ou não, as mulheres foram tidas como uma das forças sociais mais organizadas em torno deste debate.

Imagem 4: Capas do jornal Mulherio das edições nº 25, 26, 27 e 29, respectivamente, todas abordando a questão da Constituição.



Exemplos desta consciência coletiva são visíveis nas articulações realizadas para que debates a nível nacional acontecessem entre mulheres para obter uma maior legitimidade nas reivindicações perante a redação da Constituinte: campanhas puxadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, iniciativas como a Linha Direta da Constituinte⁹⁹, a realização do Encontro Nacional Mulher e Constituinte em Brasília, movimentos como Movimento Mulher e Constituinte e até peças de teatro e programas de rádio abordaram a temática das mulheres neste momento histórico do Brasil.

⁹⁹ Foi um serviço telefonico disponibilizado pela Secretaria de Participação de São Paulo com o intuito de recolher sugestões para o Congresso da Constituinte - não foi uma iniciativa exclusiva para as mulheres, mas entre as 2.500 ligações iniciais que receberam, a maior parte delas eram referentes aos direitos das mulheres.

Imagem 5: Capa do jornal *Mulherio*, nº 33, abordando a questão da Constituinte após sua aprovação



É possível afirmar que o jornal expandiu suas pautas para questões mais culturais sob a direção de Inês, mas sem perder de vista as pautas das mulheres conforme seus objetivos iniciais orientavam os trabalhos das jornalistas; temas como a questão do aborto, os direitos constitucionais das mulheres, racismo, inseguranças em ambiente de trabalho, diferenças salariais, continuaram em pauta no jornal com tanta força como antes.

“Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres.” É o que somos, o que esse jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática.” (Jornal Mulherio, nº 0, 1981)

3.2 SOBRE AS MULHERES E A CONSTITUIÇÃO DE 88

Entendendo a importância que o movimento feminista colocou em suas disputas quando o tema em pauta era os direitos da mulher, é necessário falar sobre a Constituição de 1988: como se articularam os debates feministas em torno do assunto, de que forma se sucedeu a inclusão de suas pautas neste documento e mostrar como o movimento feminista, enquanto movimento social, influenciou nestes acontecimentos.

Conforme reportagens¹⁰⁰ do próprio *Mulherio* nos mostraram, em novembro de 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) lançou a “Campanha Mulher e Constituinte”, onde o Conselho rodou o país trabalhando de forma efetiva para a ampliação das discussões acerca da participação das mulheres na constituinte (inclusive suas palavras de ordem eram “constituinte para valer tem que ter palavra de mulher!”). A partir destes debates ampliados, que resultaram no Encontro Nacional da Mulher e Constituinte no final de 1986, foi redigida a chamada “Carta das Mulheres Brasileiras”, um documento que reunia as reivindicações de diversos setores das mulheres de todo o Brasil referente às demandas que acreditavam ser necessárias de inclusão na Constituição de 1988, enviada ao Congresso Nacional. Como relata um trecho da Carta:

“Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema política igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios.”¹⁰¹

¹⁰⁰ Mulherio, nº 25, p. 14-16

¹⁰¹ BRASILEIRAS, Mulheres. [Carta] 1986 [para] 1987, Constituintes de. Brasília. 6 f. Carta das mulheres brasileiras sobre suas demandas para a Constituição de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-

A Carta, dividida em dois “eixos” - princípios gerais e reivindicações específicas, sendo que este segundo tem seis subtópicos -, traz uma série de demandas tidas como essenciais para a vida das mulheres, que entendiam a importância do marco histórico para a melhora de suas vidas que se construía diante de seus olhos. Nos princípios gerais, demandou-se o básico; princípio de igualdade entre homens e mulheres, tornando-se crime inafiançável caso violado, cumprimento de cláusulas sobre discriminação em tratados e acordos internacionais aos quais o Brasil foi signatário e que as leis seguintes deveriam garantir a aplicabilidade deste princípio.

O segundo eixo era mais rico em detalhes acerca das demandas das mulheres, tendo vários tópicos e subtópicos dentro do que foi chamado de “Reivindicações específicas”. Os dois primeiros pontos são sobre família e trabalho; as demandas iam desde igualdade entre os cônjuges em relação à administração da relação no sentido legal (bens, formação da família, domicílio, etc.), coibição de violência entre pares e em relação a abandono até igualdade salarial, direitos trabalhistas às domésticas e trabalhadoras rurais, garantia de emprego à gestante.

Questões como saúde e a defesa de um Sistema Único de Saúde também eram contempladas pela Carta das Mulheres Brasileiras; reivindicação a assistência integral à saúde da mulher, o controle da distribuição de medicamentos, a não experimentação de drogas em fase de testes, colocavam-se contrárias ao controle de natalidade e da sexualidade, bem como defendiam o direito da mulher de conhecer e decidir pelo seu próprio corpo.

As discussões sobre educação contemplavam a universalização da mesma; exigiam do Estado um ensino público e gratuito, buscando igualdade social, demandando atenção à formação dos educadores, às mulheres rurais, aos alunos portadores de deficiência¹⁰², por exemplo. As questões nacionais e internacionais traziam uma radicalidade muito interessante de ser analisada; demandando, neste eixo, mudanças estruturais como soberania da dívida externa, reforma agrária, reforma tributária, políticas ambientais e de desenvolvimento, por exemplo, é possível dizer que foi um dos eixos com menos retorno por parte do Estado.

Por fim, a discussão sobre violência é uma das mais frutíferas em nosso país, infelizmente. O movimento trouxe à baila assuntos como a redefinição de estupro, a garantia de assistência médica, social e jurídica às mulheres violentadas, punição por prostituição, a descriminalização do adultério, a criação de Delegacias Especializadas no atendimento à

cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf> Acesso em: 15 mai 2018.

¹⁰² O termo foi atualizado e atualmente o correto é “pessoas com deficiência”.

mulher; todos estes, vale destacar, são assuntos que ainda não possuem consenso em nosso país até hoje.

Através deste documento, que materializava as pautas das mulheres naquele período histórico, foram articuladas negociações e debates sobre os direitos das mulheres por meio do que foi chamado de “Lobby do Batom”. Nesta ação, o CNDM enquanto movimento social de mulheres negociou a inclusão das demandas com forças em todos os estados e na Capital Federal. Essa foi uma experiência singular de interação entre organismos do Estado e movimentos sociais; cerca de 80% das pautas das mulheres foram atendidas, entre elas a igualdade jurídica entre homens e mulheres, igualdade de direitos e responsabilidades no âmbito familiar, o fim da discriminação trabalhistas, por exemplo.

Destarte, algumas considerações se fazem necessárias. É interessante destacar como, ao longo do documento, as mulheres constantemente falam em “direitos dos homens e das mulheres”, “igualdade entre homens e mulheres”; isso nos mostra como o objetivo destas mulheres se manteve muito claro e em foco, apesar de todas as problemáticas. Não desejavam subjugar os homens, como estes faziam consigo, mas sim serem tratadas de forma justa e igual na sociedade como um todo.

Através desta perspectiva, trazemos, por fim, as questões dos movimentos envolvidos nestas articulações. Apesar de ter acontecido mobilizações a nível nacional e de forma massiva, não houve uma centralidade no movimento direcionando os acontecimentos, foi algo muito orgânico por parte das mulheres. A campanha lançada pelo CNDM funcionou como aglutinador de debates que já vinham acontecendo há anos no território nacional; as mulheres se informavam e reivindicavam ampliação de direitos há muito tempo. Assim, o resultado final vislumbrado foi a Carta supracitada, que foi em sua grande parte incorporada à Constituição Brasileira, que surgiu não de uma ação momentânea, mas sim do trabalho e reivindicação de anos que o movimento feminista desenvolvia no Brasil.

E conseguimos visualizar essas questões nas pautas debatidas pelo *Mulherio*, por exemplo. Ao escrever reportagens sobre o direito ao trabalho noturno para as mulheres, sobre o feminicídio, sobre o racismo ainda presente em nossa sociedade, sobre aborto, sobre a saúde da mulher - ao tocar em todos estes assuntos através de suas reportagens, entrevistas e artigos, as redatoras do *Mulherio* contribuía com os debates feministas acerca dos direitos das mulheres, construía o movimento feminista através de sua profissão.

Sob a ótica dos movimentos sociais trazidas nesta pesquisa, estas mulheres identificaram problemas na estrutura social vigente em sua época, organizaram-se para reivindicar as mudanças que achavam necessárias e, de fato, parte destas mudanças ocorreram:

as pautas das mulheres que foram contempladas na Constituição de 1988 se deu por conta das mobilizações de mulheres em torno do país inteiro para que isso acontecesse. Isso demonstra a potencialidade concreta que os movimentos sociais possuem para a transformação da democracia existente hoje.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cinco de outubro deste ano, 2018, a Carta Constitucional de 1988 - a Constituição Cidadã Brasileira - completará 30 anos de existência. 30 anos, em termos historiográficos e até mesmo de vida, é um período de tempo muito curto. Muitas feridas continuam abertas e sem atenção necessária para que possamos construir de fato uma sociedade orientada pela democracia participativa como se conclamava no final da ditadura militar.

A história brasileira é repleta de casos de regimes antidemocráticos ao longo de sua trajetória; desde a colonização que construiu o país que conhecemos hoje a governos como o de Getúlio Vargas - polêmico em várias questões -, o fato estabelecido é que, em sua história atual, o Brasil é um país com menos períodos democráticos do que não democráticos em sua narrativa.

O período destacado ao longo desta pesquisa se refere ao mais simbólico e mais vivo na memória da população: a ditadura civil-militar de 1964. Com um tempo de duração de 21 anos, a repressão exercida pelos governos militares ainda é um assunto delicado a ser discutido no Brasil. Muitos agressores não foram julgados por seus crimes, muitos são vangloriados por ações que violam princípios básicos dos direitos humanos e ainda existe muita resistência para a mudança dessa situação.

As violências perpetradas por esses agentes aconteceram nas mais diversas esferas e das mais diversas maneiras. Desde ações mais claras como perseguições políticas, fechamento de partidos e torturas físicas e psicológicas até questões mais complexas como alterações na constituição, nos direitos sociais e censuras em meios midiáticos. A censura ocorrida no Brasil merece atenção especial porque a mesma ocorreu de maneira “velada”; constitucionalmente não existiam aparatos governamentais oficiais para a regulamentação da mídia, mas agentes do governo trabalhavam infiltrados dentro de redações que apresentassem perigo ao regime e utilizavam de diversos meios para barrar a propagação de ideias contrárias à ditadura.

Entendendo as múltiplas facetas do golpe ocorrido e os diversos pontos de pressão e repressão orquestrados pelo mesmo é que ressaltamos como as formas de resistência ao mesmo foram também múltiplas e diversificadas, de forma a combatê-lo de maneira mais efetiva. Assim como uma das formas de controle antidemocrático foi a censura à mídia, nada mais lógico do que a existência de mídia alternativas, trazendo ao debate questões que tentavam abafar e calar durante o período relatado.

Analisamos os movimentos da mídia alternativa feminista sob a ótica dos movimentos sociais por entender que estes se encaixam na abordagem que trazemos sobre o assunto: os

jornais feministas da época da ditadura eram compostos por diferentes tipos de mulheres, unidas pela insatisfação com que as questões da mulher eram tratadas pelo governo e pela sociedade naquele período. Não apenas insatisfeitas, mas com desejo de modificar a situação em que se encontravam e se organizando para isso acontecer.

E uma das formas de resistir à repressão existente no período encontrada por estas mulheres foi através das palavras, articulando pautas que julgavam importantes e as colocando no debate e no imaginário das mulheres brasileiras para além dos círculos de intelectuais que já existiam. Porém isso não se deu de maneira aleatória, sem planejamento ou base para as ações que lá eram desempenhadas; sua insatisfação advinha da questão de desigualdade sob a qual a mulher estava subjugada na sociedade brasileira - e era em oposição à essa estrutura organizativa que o movimento se posicionava.

Assim se traz a questão do feminismo na pauta destes debates. Surgindo das ponderações das mulheres acerca da sua participação na vida pública e de como não eram consideradas iguais aos homens, o movimento é algo bastante plural e complexo, tornando sua análise algo extenso e demorado de ser realizado. Um dos recursos utilizados por pesquisadoras e pesquisadores da área é a divisão em períodos de reivindicações, chamadas de “ondas”, para compreender melhor as pautas em evidência e as consequências que essas lutas tiveram na vida das mulheres.

O momento estudado ao longo desta pesquisa foi durante o período dos anos 60 a 80, quase início dos anos 90, que é comumente chamado de “segunda onda feminista”. Após a primeira onda feminista, no início do século XX, com o foco no sufrágio feminino, nesse momento histórico as mulheres começam a expandir suas disputas além da esfera burocrática e legal por si só; apenas participar das decisões acerca dos rumos da nação já não é mais suficiente porque entendem que isso não sanou as desigualdades que sentiam sofrer.

Desta forma, as reivindicações desse momento histórico tiveram um raio maior de alcance; com um forte mote de “o pessoal é político”, debates como direitos reprodutivos femininos (desde contraceptivos à aborto), direitos trabalhistas, divisão de tarefas domésticas e a participação das mulheres nos espaços políticos começam a aparecer em meios acadêmicos, a princípio. Aos poucos, porém, os círculos de debates sobre esses assuntos rompem a bolha institucional e chegam ao dia-a-dia das mulheres - e os jornais cumpriram um papel importante nessa massificação das discussões sobre os direitos das mulheres.

O maior exemplo de como essa massificação foi efetiva para as lutas feministas pode ser observada na própria Constituição de 1988 referida algumas páginas atrás. Durante os anos prévios à escrita da nova constituição nacional, a mobilização das mulheres para participarem

da redação desta foi exemplar. Foi tido como um dos movimentos mais articulados e essa articulação não aconteceu de forma totalmente centralizada, vários encontros foram organizados ao redor do país para estimular os debates das mulheres sobre as pautas que julgavam importantes para incluir na constituição.

Para além disso, também precisamos falar sobre as demandas que não foram contempladas na Constituição de 1988, bem como as ações posteriores do Estado para, conforme requisitado pelo CNDM, a implementação e manutenção destas reivindicações. Uma das questões mais sérias no Brasil e que não foi levada em consideração pelos Constituintes de 1987 é sobre o aborto. Apesar de algumas ressalvas¹⁰³ na Constituição, o direito de abortar ainda é algo visto sob lentes de moralidade no Brasil. As mulheres não possuem o direito de decidir interromper uma gravidez por decisão própria, apenas por fatores que fogem do seu controle.

No entanto, as restrições legais não impedem os abortos de acontecerem. Desde clínicas clandestinas a medicamentos pesados, se as mulheres decidem abortar, elas conseguem fazê-lo. O que acontece é que a falta de debate e suporte institucional sobre esse assunto faz com que apenas as mulheres com condições de pagar por essas soluções abortem de maneira segura. Mulheres pobres ou sem acesso à informação, sem uma boa rede de apoio, acabam morrendo no processo.

Ainda sobre políticas públicas pensadas para as mulheres, outro assunto que demanda atenção são as chamadas “delegacia da mulher”. Pensando nas questões de assistência necessárias às mulheres vítimas de violência, criou-se esses espaços de forma com que as mulheres tivessem um local apropriado e seguro para reportar as agressões sofridas. No entanto, a falta de preparo e descaso por parte das poucas pessoas que trabalham nessas unidades leva, na verdade, a continuidade de ciclos de violência; não preparando os profissionais destes ambientes para o acolhimento necessário, gera-se mais sofrimento às vítimas.

Estes são apenas alguns exemplos e apontamentos acerca das pautas e demandas das mulheres no momento da redemocratização que necessitam atenção especial. Todo o movimento feito ao longo do período ditatorial teve, sim, resultados muito positivos para as mulheres brasileiras, mas isso não significa que a luta por direitos e igualdade tenha acabado. Nossa sociedade ainda possui muitas marcas desta época nefasta e ainda tem bases muito desiguais a serem modificadas para que, de fato, alcancemos a igualdade requisitada por estas mulheres.

¹⁰³ O aborto é permitido no Brasil em caso de risco de morte da mulher, em caso de estupro ou em caso de má formação fetal.

Quando uma mulher é assediada no trabalho pela roupa que utiliza, quando uma mulher tenta registrar um boletim de ocorrência e é destratada pelo policial que lhe atende, quando uma mulher morre durante um aborto por não existir um aparato estatal seguro e confiável que entenda suas necessidades e seus direitos de escolha sobre o corpo é quando conseguimos ver os problemas que ainda existem na nossa sociedade no que se refere aos direitos das mulheres. Todos esses exemplos ilustram como essa luta ainda é um movimento atual e vivo, como ainda precisamos debater sobre esse assunto em todos os espaços possíveis e modificar as estruturas do nosso país de forma com que a igualdade seja de fato alcançada.

Com isso resgatado, destacamos a importância dos estudos sobre feminismo e sobre movimentos sociais; a história é um organismo vivo por ser constantemente construída e modelada pelas ações dos homens e das mulheres. Se nos anos 80 as mulheres obtiveram conquistas para o movimento feminista através das demandas expressas na Carta das Mulheres, parte disso se deu pela constante luta por direitos expressada das mais diversas formas em nossa sociedade - inclusive na união de um grupo heterogêneo de mulheres em São Paulo para criação de um jornal alternativo feminista, objetivando debater as questões referentes ao feminismo e às mulheres.

As pautas trabalhadas por Inês e por todas as mulheres do *Mulherio*, quando analisadas sob a perspectiva dos movimentos sociais, nos mostram como a mobilização de grupos ou segmentos sociais têm uma enorme potencialidade de alteração e até mesmo redefinição da democracia existente em nossa sociedade¹⁰⁴; depois de anos debatendo questões referentes aos direitos das mulheres em periódicos feministas, essas mulheres conseguem ver o resultado de suas lutas se tornando algo concreto através da possibilidade de disputar algumas de suas pautas - e em alguns casos vencer a disputa! - na Constituição, documento de excelência máxima sobre os direitos dos brasileiros.

Dentro desta perspectiva, compreendemos que os movimentos sociais possuem papel fundamental na defesa e construção da democracia devido ao seu potencial mobilizador e agregador junto da população; composto pelas próprias pessoas que sofrem essas desigualdades na pele, o potencial de transformação que reside nestes grupos é essencial para a transformação social que se almeja para o nosso país. A partir das questões que apresentamos nesta pesquisa, para conquistarmos as mudanças sociais, políticas e culturais que se desejam, é fundamental implicar de maneira ativa a população no processo de construção da política nacional, criando

¹⁰⁴ Gunder Frank e Fuentes, 1989.

uma consciência coletiva real para que possamos construir, juntos, um país verdadeiramente democrático e igualitário.

Para futuras pesquisas, podemos destacar algumas ideias que surgiram ao longo deste trabalho, como a efetividade das demandas feitas por estes movimentos nos anos seguintes à transição democrática, a questão da participação das mulheres na política e sua relação com as políticas públicas criadas nos últimos 30 anos e também os limites da democracia participativa na sociedade brasileira e novas formas de organização social, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985. 77 p.
- BRASILEIRAS, Mulheres. [Carta] 1986 [para] 1987, Constituintes de. Brasília. 6 f. Carta das mulheres brasileiras sobre suas demandas para a Constituição de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf> Acesso em: 15 mai 2018.
- BAGGIO, Roberta Camineiro. Marcas da Memória: a atuação da Comissão da Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 2, p.111-118, maio 2012.
- COMISSÃO Nacional da Verdade no Brasil, dezembro de 2012, p. 96. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- CHAGAS, Fundação Carlos. **Jornal Nós Mulheres**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.
- CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 1, n. 59, p.79-100, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/36349>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- CHINA, República Popular da. **CountryMeters: População da China 2017**. 2017. Disponível em: <<http://countrymeters.info/pt/China>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- CASTILHO, I. [4 de ago. 2005]. Entrevista concedida à Joana Maria Pedro.
- CASTILHO, I. Fui lá e bati na porta. [17 de set, 2015]. Revista Geni. Entrevista concedida à Alciana Paulino, Carolina Menegatti, Cecília Rosas, Marcos Visnadi e Pedro “Pepa” Silva.
- CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores públicos e privados em crise nos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.121-144, ago. 1995. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287/1232>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- CHAGAS, Fundação Carlos. **Jornal Mulherio: Uma história**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, dez 2004, v. 12, número especial p. 37-55
- DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 28, n. 80, p.59-74, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142014000100007>>. Acesso em: 19 nov. 2017

DITADURA, Memórias da. **A maior referência na web sobre a ditadura militar no Brasil.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, Abr. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Nov. 2017.

FICO, Carlos. ‘Prezada Censura’: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. 392 p.

GORENDER, J. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997, p.112.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 383 p.

IMPrensa ALTERNATIVA: Apogeu, queda e novos caminhos. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101421/memoria13.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Tendências Demográficas:** Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf>

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista:** resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3337/1/OliviaJoffily.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LOLATTO, Simone. **Mulheres na política:** trajetórias das vereadoras titulares em Florianópolis/SC (Brasil). 2016. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.67-92, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

O dia que durou 21 anos. Direção: Camilo Galli Tavares. Produção: Karla Ladeia. Brasil. Tv Brasil e Pequi Filmes. 2013.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 3, p.479-499, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: F. Perseu 117 Abramo, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-87, 2005.

REVISTA ANISTIA POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. Brasília: Ministério da Justiça, v. 1, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2009revistaanistia01.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Izabel Pimentel da; MELO, Dominique Almeida. A imprensa alternativa feminista na resistência à ditadura civil-militar brasileira. **Novo Enfoque**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 19, p.114-119, jan. 2015. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/19/18-1215-1240-05_12_2014-Os_movimentos_de_resistencia_a_Ditadura_Civil-Militar_Brasileira.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017

SAMWAYS, D. T. Censura à imprensa e a busca da legitimidade no regime militar. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - SEÇÃO RS, 9, 2008. Porto Alegre. Anais... Eletrônicos. Porto Alegre. 2008. p. 1-12

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. 312 p.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.21-43, jun. 1989. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266022803_A_Censura_durante_o_regime_autoritario>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 158 p.

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: CEPAL. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro:

Record/cepal, 2000. p. 217-237. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/1614>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p.9-18, jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1993. p. 11-13

UNIDAS, Organização das Nações. **Mulheres - ONU Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.104-117, 4 maio 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n1p104>>. Acesso em: 07 jan 2018.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.104-117, 4 maio 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).